



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 594 - DE 8 A 22 DE SETEMBRO DE 2019 - R\$ 4,00



81 anos
da fundação da
IV Internacional

Viva o internacionalismo proletário!
Reconstruir o Partido Mundial
da Revolução Socialista

Operários, demais trabalhadores e juventude oprimida,
fortaleçam a construção do Partido Operário Revolucionário

Edifiquemos o Comitê de Enlace pela
Reconstrução da IV Internacional

A crise mundial avança,
o imperialismo empurra as massas
e as nações oprimidas à barbárie

Operários, demais trabalhadores e juventude oprimida,
lutemos contra o governo ditatorial, antinacional
e antipopular de Bolsonaro sob a bandeira da revolução
proletária e do governo operário e camponês

79 anos do assassinato de Leon Trotsky

O recuo das centrais sindicais garante o avanço de Bolsonaro É preciso retomar a luta nas ruas

Está para ser concluída a votação da reforma da Previdência no Senado. A CUT, Força Sindical e outras centrais correram a pedir algumas alterações. Precisam dizer aos trabalhadores, no final das contas, que o projeto do governo foi mudado para melhor. O PSDB e MDB, que garantiram a sua aprovação, vão sair como os reformadores, que se “sensibilizaram” com os idosos, os trabalhadores de baixa renda, as viúvas, enfim, os mais pobres. Os deputados e senadores do PT, PCdoB e PSOL, por sua vez, dirão que fizeram de tudo para “desidratar” o violento projeto governista.

Os burocratas das centrais continuarão repetindo que tudo fizeram para defender o direito à aposentadoria da população trabalhadora. Continuarão a esconder da classe operária e dos demais explorados que nunca pretenderam organizar um movimento nacional para derrubar e enterrar a monstruosa reforma da Previdência. Continuarão a esconder que a oposição (PT, PCdoB, PSOL, PSB e PDT) agiu politicamente sob o pressuposto de que uma reforma era necessária, ou inevitável. Continuarão a esconder que se ajustaram à crise do capitalismo e seguiram as pressões da burguesia. E continuarão a esconder que pensam, mancomunam e agem, subordinados à decisão do Congresso Nacional.

No entanto, os fatos são visíveis. A reforma foi aprovada na Câmara dos Deputados, sem que houvesse qualquer luta. Na mais absoluta tranquilidade, os parlamentares votaram por esmagadora maioria as profundas mudanças antiooperárias e antipopulares. A oposição procurou se salvar com o voto contrário, como se tivesse batalhado até o fim pelos interesses dos oprimidos. Essa máscara hipócrita se sustentou na frente burocrática, montada pelas centrais, que prepararam um arremedo de greve geral e, em seguida, desmontaram a tenda, aguardando o resultado dos operosos deputados da oposição.

Depois dessa flagrante traição, as direções traidoras continuaram a dizer que a luta ainda não havia terminado, que era possível pressionar o Senado, e que novas mobilizações seriam feitas. O que se passou? Os burocratas foram em comitiva ao Senado com uma papeleta, propondo mais algumas mudanças, que, se aceitas, não alterariam a essência da reforma pró-burguesa e antiooperária. Deixaram claro que não mais recorreriam à greve geral, e que fariam algumas mani-

festações, como a do Grito dos Excluídos. O PT e aliados na traição esperam tirar proveito eleitoral, utilizando-se da bandeira da luta “contra a reforma da Previdência”.

Bolsonaro somente não agradece a oposição porque é um direitista estúpido, mas sabe perfeitamente que os explorados poderiam ter se levantado poderosamente contra seu governo. Rodrigo Maia, do DEM, partido que não esconde ser um dos pilares de sustentação da governabilidade, conseguiu a proeza de unir governistas, semigovernistas e oposicionistas, em torno da bandeira de que o projeto aprovado não mais era o de Bolsonaro, mas do Congresso Nacional, que, segundo esse bandido da burguesia, é a melhor instituição que representa os interesses da nação e do povo brasileiro.

A traição da frente burocrática deu uma vitória fácil a

Bolsonaro, e uma derrota profunda à classe operária e aos demais explorados. Está aí a experiência política que comprova a incapacidade, a impotência e a covardia do reformismo e do burocratismo sindical, diante da ofensiva dos exploradores contra os explorados. Bolsonaro, com toda a crise econômica e política, mesmo assim, vem conseguindo impor amplas mudanças no País. Impulsiona as privatizações,

amplia a desnacionalização, entrega a Base de Alcântara aos Estados Unidos, franqueia a Amazônia aos saqueadores, desmonta as demarcações de terras indígenas, favorece os grileiros, arma os latifundiários, ataca a educação pública, impõe novas mudanças na lei trabalhista, fortalece o poder dos militares, prepara a divisão nos sindicatos, serve de canal da política de Trump, no Brasil e na América Latina. Essa virada vem se dando à custa de Bolsonaro perder apoio da parcela dos oprimidos que o apoiou, seguindo suas mentiras e as pregações dos evangélicos. Ao mesmo tempo, a persistência da crise econômica, e o agravamento do endividamento público solapam a governabilidade. Há o perigo de Bolsonaro potencializar o autoritarismo, apoiado pelos militares.

Ainda há tempo para os explorados fecharem passagem à ditadura bonapartista. É preciso que se independizem da burocracia traidora e do reformismo impotente. A vanguarda tem de ser inflexível no combate às direções que acabam sustentando a ultradireita no poder. O seu guia deve ser o programa e a estratégia da revolução proletária, da luta por um governo operário e camponês.

***Ainda há tempo para os
explorados fecharem passagem à
ditadura bonapartista. É preciso
que se independizem da burocracia
traidora e do reformismo
impotente. A vanguarda tem
de ser inflexível no combate às
direções que acabam sustentando
a ultradireita no poder.***

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Mais uma traição da burocracia das centrais

Em agosto, as centrais se reuniram e aprovaram um calendário de mobilizações. Anunciaram o 7 de setembro, Grito dos Excluídos, como dia nacional de manifestações e, no final do mês, atos nacionais. No entanto, o centro da decisão foi o de retomar as negociações no Congresso Nacional, agora, no Senado. Nem bem publicaram as deliberações, lá estavam os burocratas da CUT, CTB, Força Sindical, UGT e outras, em reunião com o relator da reforma da Previdência, Tasso Jereissatti, PSDB. Foram pedir que houvesse algumas alterações no relatório.

A CUT estava com o senador petista, Paulo Paim, que reforçou o argumento de que as mudanças não anulariam a decisão favorável à reforma na Câmara de Deputados. Não vamos citar as outras centrais porque, desde a reforma trabalhista, estão com o pires na mão, atrás dos parlamentares. No término do encontro, um dos dirigentes da CUT, Valeir Ertle, avaliou como positivo o encontro com o relator, destacando que Tasso ficou “sensibilizado” com as alterações que diziam respeito aos trabalhadores em situação de risco, e com a redução da pensão por morte, e outras emendas da mesma natureza. E concluiu: “vamos esperar ele analisar as emendas”. Não há capitulação mais vergonhosa que elogiar o burguês e algoz dos trabalhadores, Tasso Jereissatti.

Os burocratas entregaram 17 propostas de alterações. Entre elas, a mudança de cálculo da aposentadoria, que prevê o cálculo com base em todos os salários; manutenção do tempo mínimo de contribuição de 15 anos para todos; pensão por morte no valor de um salário mínimo; preservação das regras da aposentadoria especial; eliminação da regra que estipula a contribuição dos servidores aposentados a partir de um salário mínimo; manutenção das regras do abono salarial do PIS/PASEP; mais vantagens nas regras de transição, entre outras. As propostas

dos dirigentes se limitavam a suprimir, adicionar, enquadrar e assegurar artigos no monstruoso relatório a ser votado na CCJ, e depois no Senado. O discurso contrário à reforma da Previdência foi deixado para os dias de manifestações.

A traição das direções das centrais começou com o desmonte do movimento, após a greve geral de 14 de junho. O que permitiu à Câmara de Deputados votar tranquilamente, sem que houvesse uma resistência da classe operária e demais explorados. A frente única burocrática se recusou a convocar nova greve geral, e passou às negociações no Congresso Nacional. Os partidos que dirigem a CUT e CTB, PT e PCdoB, apesar de terem votado contra na Câmara de Deputados, nos bastidores, negociaram as suas emendas, que foram rejeitadas. Agora, se juntaram às centrais para intermediar as negociações. O partido da Força Sindical, Solidariedade, já havia votado em favor da reforma, mas orientou o sindicalista Paulinho a ocultar sua participação, votando contra e sem alarde. O PDT e PSB, que também têm presença na condução de outras centrais, se dividiram no momento da votação. Como se vê, trata-se de uma frente única de burocratas, que não é contra a reforma da Previdência. Diverge de um ou outro ponto, mas não de sua essência, que é o aumento da exploração do trabalho, a privatização do sistema, e o corte de direitos.

A classe operária e os explorados em geral estão vivendo essa gigantesca traição de seus dirigentes sindicais. Não vêm perspectivas de mudança a curto prazo. No entanto, demonstram uma insatisfação e um descrédito diante da conduta dos sindicatos e centrais. Fato esse expresso quando da distribuição do Boletim Nossa Classe. O que mostra o quanto é urgente que a vanguarda consciente tome em suas mãos a tarefa de constituir as oposições revolucionárias.

Campanha salarial dos metalúrgicos/CUT

Basta de divisão em grupos. Convocar a assembleia geral. Aprovar uma só pauta de reivindicações. Unificar a luta.

As reuniões da FEM (Federação Estadual dos Metalúrgicos), CUT, com os grupos patronais para discutir a campanha salarial, já começaram. Informaram, na Tribuna Metalúrgica, que duas bancadas patronais, o grupo 3 e estamparia, insistiram na necessidade de rediscutir os pisos salariais. O presidente da FEM, Luiz Carlos da Silva, o Luizão, disse que os patrões alegaram que os pisos salariais dificultam as contratações e, por isso, querem rever ou acabar com os pisos. Luizão, por sua vez, afirmou que o problema não são os salários, nem os pisos. Nós dizemos: é claro que o problema não são os salários, nem o piso.

Os patrões sempre irão dizer que os salários e direitos são um problema.

O problema para os trabalhadores está na campanha salarial

Primeiro, a FEM divide os metalúrgicos em vários grupos: Fundação, Autopeças, Grupo 2, Grupo 3, Estamparia, Montadoras, etc. Fazem o jogo dos patrões e organizam várias mesas de negociações. Divididos, os trabalhadores perdem sua força. A divisão em grupos só interessa aos patrões. Independente do setor ou fábrica que trabalhem, todos os operários necessitam ter estabilidade no emprego e ganhar um salário que

seja o suficiente para manter sua família. O que chamamos salário mínimo vital. Vital porque deve ser o suficiente para manter as necessidades reais dos operários e suas famílias. Esse salário deve ser calculado pelos próprios trabalhadores, em suas assembleias. Segundo o Dieese, o salário mínimo necessário para sustentar uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$ 3.928,73. Sabemos que esse valor é maior.

A direção do sindicato nada disso faz. Vai para a mesa de negociação com os patrões, sem uma pauta de reivindicações. Vai escutar o que os patrões têm a oferecer. Como não levaram as pro-

postas dos operários, irão ouvir a choroadeira dos patrões, tentando acabar com o piso salarial, ou tentando não renovar a convenção coletiva.

Segundo, a direção do sindicato deixou de convocar a assembleia geral dos metalúrgicos para aprovar uma pauta única de reivindicações, e um plano de luta unificado, como fazia antes na Vila Euclides. A força da classe operária está

na sua unidade. Os operários devem exigir que a direção do sindicato convoque uma assembleia geral. É necessário aprovar a luta pelo salário mínimo vital, pela redução da jornada, sem redução nos salários, pela escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente, entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho, empregados e desempregados,

sem redução dos salários. Estabilidade no emprego a todos os trabalhadores. Rechaçar a política de conciliação e os acordos sem luta da direção. O método de luta é a ação direta, greve geral com ocupação de fábricas e piquetes. Basta de divisão dos trabalhadores. Basta de salários de miséria. Unidade da classe operária para defender as reivindicações e colocar fim à exploração capitalista.

Greve dos transportes parou São Paulo

A paralisação dos transportes coletivos, nos dias 5 e 6 de setembro, foi a forma de pressionar o prefeito, Bruno Covas, a abrir negociação com o sindicato. As reivindicações centrais eram: 1) o pagamento do PLR; 2) a não redução da frota; 3) não extinção dos cobradores. Como o prefeito demorou para receber os sindicalistas, os ônibus começaram a paralisar na tarde do dia 5.

Edson Caran, secretário dos transportes, havia confirmado a retirada de mais de mil ônibus até o final do ano e a extinção da função dos cobradores. Segundo o sindicato, essa medida causaria a demissão de 8.500 motoristas e 19 mil cobradores. E a PLR deveria ser paga somente em meados de setembro. Como não houve acordo, a reunião ficou para o dia seguinte, o que levou à continuidade da greve.

Os protestos se concentraram em frente à prefeitura, onde ocorreu a reunião. Depois de muitas horas, houve o acordo que levou à suspensão da greve. Segundo o sindicato, o prefeito se comprometeu em antecipar o pagamento do PLR e não tirar parte da frota de ônibus.

Diante da situação, os dirigentes do sindicato recorreram ao Valdevan Noventa, deputado federal e presidente licenciado do Sindmotoristas, que acabou conduzindo a paralisação nos moldes estipulados pela Justiça (manter parte da frota em circulação). Não resta dúvida de que o acordo tem outras contrapartidas, que, certamente, Noventa não disse aos trabalhadores. Esse sindicalista e, agora, deputado, tem uma trajetória marcada por traições à classe e pelo autoritarismo diante de seus opositores. O fundamental está em que os trabalhadores mostraram disposição de greve e só não foi total porque o sindicato se submeteu à lei antigreve e às ameaças de multas determinadas pela Justiça.

Negociações entre a Ford e a Caoa não garantem os empregos e os salários

A um mês do fechamento definitivo da fábrica da Ford, em São Bernardo, a promessa de compra da planta pela Caoa ainda não foi concretizada. Há quatro meses em negociação, o Grupo Caoa, o governador Doria, o prefeito de SBC e o presidente da Ford da América do Sul arrastam a definição sobre a vida dos operários.

Agora, ocorreu nova rodada de negociações. Nada concreto foi definido. O que se sabe é que há a previsão de contratação de apenas 850 operários, com dispensa de 1.200 trabalhadores. Além disso, segundo o próprio sindicato dos metalúrgicos, haverá redução de 30% do salário. Segundo Paulo Cayres, do sindicato, *“Esta negociação ainda não fechou, mas estamos perseguindo este acordo, fazendo o nosso papel”*.

Como de costume, o sindicato vem “fazendo seu papel” de favorecer as multinacionais, em detrimento dos interesses dos operários. Os únicos que sairão prejudicados desse acordo serão os operários, que terão o salário reduzido e muitos serão demitidos.

É preciso exigir que o sindicato retome a luta contra as demissões da Ford. Convoque imediatamente a assembleia, e aprove a luta pelos empregos e os salários.

Mais um duro ataque aos trabalhadores

No dia 21 do mês passado, a Medida Provisória 881/2019, conhecida como a MP da Liberdade Econômica, foi aprovada pelo Senado, seguindo agora para as mãos de Bolsonaro. O texto, que originariamente trazia supostas medidas de desburocratização e simplificação de processos para empresas e empreendedores, teve, na Câmara de Deputados, a incorporação de alterações de regras trabalhistas, passando a fazer parte da reforma trabalhista. Se, por um lado, não foi aprovado o trabalho aos domingos para todos os trabalhadores, e ainda sem pagamento em dobro, por outro, houve novas perdas de direitos, no que concerne ao registro dos horários de entrada e saída do trabalho, que passa a ser obrigatório para empresas com mais de 20 funcionários, e a permissão de registro de ponto por exceção, por meio do qual o trabalhador anota apenas os horários que não coincidam com os

regulares, prática que deverá ser autorizada, por meio de acordo individual ou coletivo. Isso vai permitir que as empresas não paguem corretamente a sobre jornada, uma vez que, praticamente, acaba com a exigência do seu controle. O trabalhador terá dificuldade em pedir “permissão” para registrar o trabalho extraordinário, com medo de retaliação e, ainda há a previsão de um acordo escrito individual. A condição de subserviência e vulnerabilidade do trabalhador o faz aceitar qualquer “solicitação” da chefia. Por fim, esta Lei dificultará o recebimento de créditos trabalhistas, pois, estatui a proibição de cobrança de bens de outra empresa do mesmo grupo econômico para saldar dívidas, bem como o patrimônio de sócios, associados, instituidores ou administradores de uma empresa será separado do patrimônio da empresa, em caso de falência ou execução de dívidas, podendo somente o patrimônio

nio pessoal dos sócios serem usados para indenizações, quando houver clara intenção de fraude.

Como se vê, a lei da “liberdade econômica” serve unicamente para aumentar a exploração do trabalho. É, como dissemos, a continuidade da draconiana reforma trabalhista de Temer. O Boletim Nossa Classe denunciou, junto aos operários, mais esse ataque da burguesia e do governo contra a vida dos explorados. Defendeu que os sindicatos e centrais reorganizem a luta para pôr abaixo

mais esse brutal ataque. Mas, não deixou de dizer que as direções sindicais apenas denunciam em palavras, mas, por trás, estão tentando negociar uma ou outra quirela. Querem, na realidade, retomar a política de conciliação de classes, tão largamente empregada durante os 13 anos de governo do PT, que levou à implantação da flexibilização capitalista do trabalho, às demissões e à perda de direitos. É contra essa política, nefasta aos trabalhadores, que a classe operária precisa se levantar.

Ceará-Mirim/RN

Moto-taxistas fazem a prefeitura recuar em sua regulamentação discriminatória

No início de agosto, o prefeito Marconi Barreto (PSDB), junto à Câmara de Vereadores, aprovou uma lei que regulamenta a profissão dos moto-taxistas. Na prática, a regulamentação apenas legalizava um total de 300 trabalhadores, deixando cerca de 500 moto-taxistas sem trabalho. Além disso, a cobrança de taxas abusivas e de realização de cursos pagos inviabilizavam a legalização da maioria dos moto-taxistas, principalmente daqueles que encontram nesse trabalho a única forma de sobreviver.

Em um ato organizado pela Frente Municipal de Luta de Ceará-Mirim, um grupo de moto-taxistas se aproximou. Veio, principalmente, trazendo o seu problema imediato. Junto à Frente, organizaram reuniões com os demais moto-taxistas, se posicionaram contra a Lei aprovada, e levantaram como bandeira se colocarem contra qualquer regulamentação que venha a excluir, mesmo que seja 01 (um) moto-taxista, de seu direito ao trabalho. Junto à Frente, os moto-taxistas realizaram um ato, cercando a prefeitura, e passaram a negociar com o prefeito Marconi Barreto (PSDB).

Nesse interim, um suposto Sindicato dos Moto-taxistas de Ceará-Mirim lançou uma “Nota de Esclarecimento”, dizendo que a Lei havia sido discutida com toda a categoria, e aprovada “de forma ampla e democrática”, menosprezou dizendo que o ato dos moto-taxistas consistia de “cerca de 40 trabalhadores, que não são sócios do Sindicato”, e que Lei aprovada “contribui para que os serviços sejam prestados com qualidade...”. Os diretores desse suposto sindicato são uma casta traidora da categoria, que sentou com o prefeito para colaborar com a Lei excludente. Mais tarde, descobriu-se, no Cartório, que legalmente sequer existia um Sindicato de Moto-taxistas registrado, mas sim duas cooperativas.

O processo de negociação coincidiu com a notícia de que o prefeito havia sido



cassado pelo TSE, por abuso de poder econômico nas eleições, e a determinação para que fossem marcadas novas eleições. Assume interinamente o presidente da Câmara, Ronaldo Venâncio (PV), que passou a negociar com o movimento e, diante da pressão da categoria, auxiliada pela Frente Municipal de Luta, suspendeu os efeitos da regulamentação dos moto-taxistas, e prometeu não haver nenhuma repressão aos trabalhadores, até então “ilegais”, até que se discuta uma nova regulamentação. Essa conquista imediata do movimento servirá para ganhar tempo para ampliar a mobilização, no sentido de garantir o emprego de todos os moto-taxistas.

Os moto-taxistas, na iminência de perderem seus meios de sobrevivência, procuraram a Frente, não por acaso. O fato é que a Frente tem servido como auxiliar para os setores em luta conquistarem as suas reivindicações, com o método da ação direta. A luta nas ruas se mostrou eficaz para que, por exemplo, os moradores da Comunidade do Formigueiro conquistassem, em certa medida, o direito à moradia, e isso tem servido de exemplo para os demais setores. Dessa forma, a Frente tem se tornado uma referência para os demais explorados do município. As reuniões da Frente têm funcionado como uma

Defender o salário mínimo vital e a escala móvel de reajuste

O governo ditatorial de Bolsonaro propõe elevar o salário mínimo para míseros R\$ 1.039,00. Valor menor do que o anunciado em abril. Uma diferença miserável de R\$ 41,00. Com certeza, esse salário manterá milhões de trabalhadores na miséria. Segundo o Dieese, para que um trabalhador e sua família possa se manter, deveria receber um salário mínimo de R\$ 4.143,55, em julho de 2019. O valor proposto pelo governo representa 1/3 desse valor.

O Partido Operário Revolucionário defende o Salário Mínimo Vital como forma de manter viva a força de trabalho. Defende que seja debatido nas assembleias dos trabalhadores, e que seu valor seja definido de acordo com suas necessidades reais. Defende, também, a Escala Móvel de Reajuste, que o salário seja reajustado de acordo com o custo de vida. Mas, essas bandeiras somente serão conquistadas com luta nas ruas, utilizando os métodos próprios da classe operária.

espécie de coordenação, que encaminha o que é decidido democraticamente nas assembleias/plenárias de base dos setores em luta. De modo que a principal disputa política entre os partidos não se dá nas reuniões da Frente, mas basicamente nas assembleias/plenárias de base, e é principalmente nesses momentos que o POR tem conseguido que as massas assimilem o método da ação direta, em detrimento das vias meramente institucionais e parlamentares do PT/PCdoB/PSOL, e é esse respaldo, vindo das bases, que tem possibilitado ao POR influenciar, para que a Frente continue caminhando com independência de classe e servindo como instrumento de luta dos explorados.

Grito dos Excluídos

Somente um levante nacional das massas, tendo a classe operária à frente, poderá derrotar Bolsonaro e seus ataques

Este “Grito dos Excluídos” é convocado na situação em que o governo ditatorial de Bolsonaro desfecha brutal ataque à vida dos explorados, aprova a reforma da previdência, impõe a lei da “liberdade econômica”, promete um salário mínimo de fome, corta recursos para educação, retoma as privatizações, avança a desnacionalização e prepara a entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos. Esse mesmo governo intervém na educação para acabar com a liberdade de expressão e organização e militarizar as escolas. Esse mesmo governo submete o país à política mundial do imperialismo norte-americano. Esse mesmo governo pretende dar carta branca aos desmatadores, exploradores e saqueadores da Amazônia, em nome da soberania nacional. A classe operária, os demais explorados e a juventude estão diante da necessidade de organizar um grande movimento pela derrubada do governo antinacional e antipopular. Estão diante da necessidade de defender firmemente suas reivindicações. Estão diante da necessidade de combater sob a estratégia do governo operário e camponês, que responde à revolução proletária.

O 7 de setembro tem sido, nos últimos anos, data de manifestações políticas por todo o país, em oposição às comemorações militares referentes à data de declaração de independência do Brasil. Os movimentos anti-raciais, da esquerda e de setores das pastoraes católicos têm realizado o chamado “Grito dos Excluídos”. Este ano, a UNE, com apoio de centrais sindicais, está chamando a manifestação sob o mote “**TODOS de PRETO no 7 de Setembro**”, em defesa da educação, da democracia, do emprego, da aposentadoria e do meio ambiente. Mas, na convocação, o centro está nos cortes à Educação, ingerência governamental na escolha dos reitores, Future-se e Amazônia.

(...) a necessidade das massas é a de se defender dessa ofensiva, e isso só é possível por meio da luta nacional dos explorados, que só pode se dar ao redor das reivindicações mais sentidas.

A direção da UNE está chamando os estudantes para irem ao ato de preto e com as caras pintadas de verde e amarelo, numa alusão aos “caras pintadas” de 1992, do “Fora Collor”; para demonstrar luto pelas medidas do governo Bolsonaro; e contrastar com os chamados “símbolos nacionais” da direita bolsonarista. É gritante que a direção reformista do PCdoB/PT atribui a essas manifestações um conteúdo de desgaste eleitoral, passivo e não reivindicativo.

Enquanto o governo e o Congresso Nacional negociavam a reforma da Previdência, as centrais sindicais e a UNE participaram das negociações parlamentares, desviaram as tendências de luta e as manifestações multitudinárias para o parlamento, e desativaram a greve geral de 14 de junho, para que não se chocasse com o Congresso Nacional. No Senado, as direções da CUT e Força negociam a reforma da Previdência com o relator Tasso Jereissati, no campo estabelecido pelo governo e parlamento. Com isso, finalizaram a traição, que foi anunciada desde o 1º de maio, quando se afirmou o propósito de “desidratar” o projeto de Bolsonaro.

Agora, Bolsonaro e o Congresso Nacional negociam mais medidas de ataques às massas: a chamada “liberdade econômica” (dos capitalistas poderem explorar livremente as massas), uma nova CPMF, a capitalização da Previdência (que colocará seus

custos apenas sobre os assalariados, livrando os capitalistas), tudo isso sem falar nas consequências da aplicação das medidas do governo Temer, como a Reforma Trabalhista e Terceirização, que estão impondo o trabalho precarizado de maneira generalizada, elevando o desemprego e a miséria das massas.

Esse conjunto de medidas corresponde às necessidades do capital financeiro, de preservar sua rentabilidade parasitária, à custa de ataques a salários diretos e indiretos (aposentadorias, saúde, educação, etc.). O governo Bolsonaro e suas medidas são expressões dessa necessidade.

Em oposição, a necessidade das massas é a de se defender dessa ofensiva, e isso só é possível por meio da luta nacional dos explorados, que só pode se dar ao redor das reivindicações mais sentidas. A chamada “defesa” genérica que a direção da UNE faz em relação à educação, emprego e Amazônia não serve

como meio de enfrentar o governo, o parlamento e a burguesia. Só serve para fazer campanha de desgaste eleitoral do governo e apontar para a estratégia de constituição de um novo governo burguês, de conteúdo nacional reformista, a ser eleito em 2022. A camiseta preta, ao invés da vermelha, serve para conferir o conteúdo de luto, portanto passivo da manifestação. Assim, seu caráter é apenas de protesto inócuo, e não de luta por reivindicações concretas. O chamado a pintar o rosto de verde e amarelo expressa a pretensão de conferir ao movimento um conteúdo nacionalista burguês, que está completamente esgotado no Brasil, e assume um caráter policlassista, que admite unidade com setores burgueses, assim como foi em 1992.

A direção da UNE convoca as manifestações na contramão daquilo que necessitam as massas. É preciso levantar as reivindicações com clareza. Não se trata de defender a pseudo autonomia da universidade, que na verdade está nas mãos de uma burocracia privatista e autoritária, mas de lutar contra o intervencionismo governamental e obscurantista, com os métodos da luta de classes. Não se trata de fazer uma defesa hipócrita do ensino público, que hoje abrange apenas 10% dos estudantes, sem combater efetivamente o ensino privado, que deve ser estatizado sob controle de quem estuda e trabalha. O Future-se deve ser combatido pelo seu

conteúdo privatista, que já é aplicado em muitas universidades, hoje, sob a batuta da burocracia universitária docente. Os estudantes devem se juntar à classe operária e lutar ao seu lado, sob sua estratégia e seu programa. A reforma da Previdência, praticamente consolidada, deve ser derrubada juntamente com as reformas Trabalhista, da Terceirização e do Ensino Médio. A luta contra as queimadas na Amazônia é uma luta anti-imperialista, que rechaça qualquer intervencionismo externo e aponta para a estatização e controle operário e das nacionalidades indígenas da região, sem deixar de defender que somente a revolução proletária protegerá a Amazônia e o meio ambiente da sanha capitalista.

O método para se defender de fato essas reivindicações é o da ação direta das massas, da greve geral, das ocupações de prédios, ruas e avenidas, das grandes manifestações, tendo a classe operária à frente, parando a produção e impondo à burguesia e seus governos as reivindicações do conjunto da maioria oprimida. Esses métodos de luta e ação estão ligados diretamente à estratégia de poder próprio das massas, o governo operário e camponês (expressão da ditadura do proletariado), que só pode vir por meio

da revolução social.

Ao contrário do que afirmam as direções do movimento estudantil e sindical, a necessidade de combater imediatamente o governo não se dá pela disputa eleitoral. Para combater o governo Bolsonaro, é preciso dar vazão às tendências de luta das massas, expressas nas manifestações de 15 e 30 de maio, e na greve geral de 14 de junho.

Somente com a classe operária tomando a frente de uma unidade anti-imperialista e anticapitalista será possível vencer. É preciso trabalhar firmemente por isso, organizando as assembleias e plenárias, com democracia operária, desde as bases, convocando amplamente ao redor das reivindicações e apontando a necessidade das massas tomarem em suas mãos a resolução de seus próprios problemas, e não confiar nas instituições da burguesia, parlamento ou eleições. Organizar seu partido operário revolucionário, que lhe garantirá a independência de classe diante dos exploradores, e constituirá uma direção revolucionária em suas organizações de massa, condição para que a luta caminhe para a vitória contra os capitalistas e seus governos.

DESDOBRAMENTOS DA CRISE EM TORNO DA AMAZÔNIA

Bolsonaro se agarrou à bandeira patriótica de defesa da soberania da Amazônia. Aproveitou, nesse sentido, a prepotência colonialista da França, que, segundo seu presidente, Emmanuel Macron, a Amazônia é um patrimônio da humanidade. A ideia imperialista sobre a internacionalização dessa parte do território brasileiro é antiga. Os Estados Unidos são os principais advogados dessa tese. Macron apenas expressou a cobiça das potências em controlar as imensas riquezas da região amazônica. É sabido que os Estados Unidos são aqueles que têm maior possibilidade de exercer tamanha influência sobre a Amazônia.

Bolsonaro, no entanto, decidiu, desde os primeiros dias de seu governo, alinhar o Brasil à política de Trump. Afirmou, aos quatro ventos, que a sua política externa se distingue da dos governos anteriores, pelo fato de reconhecer que os Estados Unidos são a maior potência e, portanto, têm mais a oferecer ao Brasil. Não há nada mais perigoso do que "soberania da Amazônia" que esse servilismo semicolonial. Na realidade, não se trata propriamente dito de tal soberania, mas sim da soberania nacional. Esta está comprometida historicamente, pela incapacidade da burguesia brasileira de garantir a real independência nacional do País.

A economia interna e o Estado estão condicionados pelo domínio dos monopólios e do capital financeiro, cuja extensão e dependência do capital internacional impossibilitam a real independência e soberania nacionais. Os gigantescos recursos naturais nunca foram integralmente, ou em grande parte, controlados pela burguesia nacional. Isso devido à sua dependência do capital imperialista. O petróleo, um dos recursos mais controlados pelo Estado, vem sendo transferido para as mãos das multinacionais. As petroleiras nunca deixaram de exercer uma importante influência sobre as riquezas petrolíferas.

A política estatizante dos governos burgueses nacionalistas se esgotou, e deu lugar à desestatização, precisamente pela incapacidade da burguesia nacional de desenvolver o capitalismo na semicolônia, em detrimento do domínio dos monopólios estran-



A política preservacionista, que inclui as áreas de demarcação de terras indígenas, já não pode ser sustentada.

O governo Bolsonaro é a expressão política dessas forças.

geiros e do capital financeiro internacional. A penetração desse capital na estrutura econômica do país determinou o seu desenvolvimento e o seu atraso. Nas condições de crise mundial de superprodução e guerra comercial, esse entrelaçamento resulta em estagnação e retrocesso.

Entre os vários motivos econômicos que levaram as potências a realizarem as partilhas da Primeira e Segunda Guerras Mundiais, estão as fontes de matérias-primas. O Brasil está entre aqueles que conservam abundantes reservas naturais. Parte delas está sendo explorada e saqueada freneticamente pelos monopólios; e parte continua preservada no imenso território amazônico. Inevitavelmente, as poderosas forças econômicas capitalistas forçam passagem onde encontram qualquer tipo de obstáculo. A política preservacionista, que inclui as áreas de demarcação de terras indígenas, já não pode ser sustentada. O governo Bolsonaro é a expressão política dessas forças.

As suas metas são claras. As mineradoras devem ter livre acesso a qualquer parte da Amazônia. Mesmo as terras indígenas

não mais podem dificultar a sua penetração. Novas demarcações estão proibidas. E, nas terras já demarcadas, os indígenas serão "convencidos" das vantagens de ceder à exploração mineradora. As madeiras e o agronegócio deixarão de ser considerados uma ameaça à Amazônia. De maneira que o potencial econômico da região será aberto ainda mais à penetração das forças capitalistas. Esse é o entendimento que Bolsonaro e os militares de seu governo têm da bandeira de "soberania da Amazônia".

Eis por que deu início ao desmonte institucional, que servia de amparo à tese de proteção da Amazônia como um bem internacional. O Ibama, Funai e o INPE sofreram intervenção, e estão em processo de radical mudança de suas funções. A burocracia comprometida com o "preservacionismo" vem sendo removida ou anulada. Essas mudanças ainda estão em andamento, por isso, têm gerado uma série de conflitos e crise política. Bolsonaro atribui às ONGs a responsabilidade de organizar movimentos pelas demarcações de terras indígenas, e pela manutenção das áreas de preservação ambiental. Indica que são movidas pelo financiamento externo. E que é preciso acabar com sua influência institucional. Em meio a essas denúncias, comparece a igreja católica. A retomada da completa soberania da Amazônia passa, portanto, pelo desmonte institucional e econômico montado pelos governos anteriores, que se apoiaram nas ONGs.

Não é novidade que as ONGs têm servido de instrumentos do imperialismo, não só no Brasil, mas em muitos países semicoloniais. A América Latina está coalhada dessas organizações, que se mascaram de defensoras das nacionalidades indígenas, do meio ambiente e da diminuição das desigualdades. Bolsonaro, quando era deputado, denunciou fartamente as ONGs mantidas pelos Estados Unidos. Agora, que está aliado a Trump, não dá nome às potências e instituições que se vestem de benfeitoras para imprimir a política e a ideologia do imperialismo. Refere-se, em geral, às ONGs, evitando apontar os Estados Unidos como o maior interessado em espalhar sua influência em todas as esferas da vida nacional.

As ONGs são apenas um dos instrumentos da dominação forânea. O fundamental se encontra na estrutura econômica do País e na interdependência com a economia mundial. A sua industrialização não conseguiu romper a condição de país agroexportador e fornecedor de matérias-primas. No último período, vem sendo sobressaltado pelo que se denominou desindustrialização. O que quer dizer, perda de posição na estrutura econômica interna, e impossibilidade de ampliar sua participação no mercado externo. O agronegócio, porém, se projetou, bem como a indústria extrativista. Esgotadas as possibilidades de investimentos nas regiões já exploradas, essas forças econômicas avançam irresistivelmente sobre a Amazônia.

O problema, como se vê, não está no avanço da exploração sobre a floresta, fauna, flora, solo e subsolo. As ONGs, muito bem implantadas na região, apoiadas em universidades e empresas de informação, afirmam que, nos últimos 30 anos, foram desmatados, em todo o País, 89 milhões de hectares. Área que corresponde a 3,6

vezes o Estado de São Paulo. Acrescenta-se a essa conta, a grande extensão de Cerrado e Pantanal. Evidentemente, o gigantesco desmatamento coincide com o crescimento espetacular da agropecuária. Os mesmos dados do "MapBiomass" afirmam que essa atividade saltou, de 174 milhões de hectares, para 260 milhões. Preenchidas as áreas já devastadas, as forças econômicas vão cada vez pressionar mais para a liberação de áreas amazônicas. É o que indica o salto de 45 milhões, para 53 milhões de hectares, no prazo de duas décadas, de áreas ocupadas. O mapeamento procura mostrar que o grande desmatamento se deu nas propriedades privadas, sendo bem mais preservadas as áreas de conservação e terras indígenas.



O mapeamento procura mostrar que o grande desmatamento se deu nas propriedades privadas, sendo bem mais preservadas as áreas de conservação e terras indígenas.

Uma série de dados tem sido divulgada, em meio ao acirramento da crise com os incêndios na Amazônia. O controle desse território, em especial, se tornou sofisticado com a observação e vigilâncias de satélites manejados pela Nasa. A crise política foi antecipada, com a divulgação de dados pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), apontado o crescimento do desmatamento, sob o governo Bolsonaro. Indicava que sua política ambiental incentivava ações criminosas de madeireiros, grileiros e fazendeiros. O diretor geral do Inpe foi acusado de ser agente de alguma Ong, e os dados divulgados como sendo mentirosos. Acabou sendo deposto. Esse episódio evidenciou o empenho de Bolsonaro em romper com a política de governos anteriores, principalmente a do

PT, taxada de esquerdista e comunista.

A ruptura teve início no governo de Dilma Rousseff. O Congresso Nacional aprovou o Novo Código Florestal, depois de anos de disputas pela substituição do Código de 1965. O agronegócio obteve uma importante vitória frente aos "ambientalistas", modificando os termos das Áreas de Preservação Permanentes. O governo de Temer deu mais um passo com o Programa Nacional de Regularização Fundiária. Por Medida Provisória, alterou as regras de regularização fundiária de terras da União na Amazônia Legal. De um lado, aboliu a política de assentamentos agrários e abriu caminho para os assentados venderem seus lotes; de outro, permitiu aos grileiros de terras da União na Amazônia legalizarem a posse. Tais mudanças legais, como se constata, foram necessárias aos capitalistas, para ajustar a política de Estado com a marcha econômica no campo. Os latifundiários e o agronegócio aumentaram sensivelmente sua influência oligárquica no Congresso Nacional e nas demais instituições do Estado, em razão de sua enorme projeção econômica. O embate com o governo de Dilma Rousseff, impodolhe uma indissolúvel derrota, pôs à luz do dia o real poder no seio do Estado. Temer foi produto de um golpe de Estado, que derrubou Dilma pouco tempo depois dos ruralistas e aliados terem imposto o Novo Código Florestal, de maio de 2012. Bolsonaro pretende ir mais longe com a ruptura.

A proposição imperialista de Macron sobre a internacionalização da Amazônia possibilitou a Bolsonaro negar que seu governo passou a incentivar o desmatamento descontrolado. O atrito alinhou a direita nacionalista – mais precisamente de tintura nacio-

nalista – em torno ao argumento de que a agropecuária nada tem a ver com os incêndios e com a quebra dos parâmetros do conservacionismo. E que, se o garimpo ilegal e as madeiras têm alguma responsabilidade, há lei e meio para coibi-los. Não haveria, portanto, real motivo para a França desrespeitar o Brasil, e ameaçar romper o acordo comercial em andamento entre o Mercosul e a União Europeia. O real motivo estaria no interesse político de Macron, de se mostrar protetor da agricultura de seu país, que sobrevive à custa de enormes subsídios. Os proprietários de terra na região, segundo um dos porta-vozes do bolsonarismo, ocupam apenas 26% da área. O restante, 74%, são públicas, sendo que boa parte comparece na forma de reservas indígenas. Os fazendeiros estão obrigados, por lei, a utilizarem apenas 20% de sua propriedade, de maneira a preservar o meio ambiente. Alega-se que a lei anterior era mais flácida, permitindo a exploração de 50% da área. O que resta, assim, é verificar a ação nociva das madeiras, dos garimpeiros e dos grileiros. A conclusão é de que o Brasil é um dos países que mais cumprem o protocolo da proteção de suas florestas. As queimadas suscitaram inconfessáveis interesses particulares da França. O que mostra a desfaçatez da ideia de que a Amazônia não seria exclusivamente brasileira.

Uma outra frente de atrito do governo se abriu com a realização Sínodo sobre a Amazônia. Bispos e padres passaram a ser alvo de "monitoramento" da Agência Brasileira de Informação (Abin). O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, intensificou a pressão para que o Sínodo não faça qualquer condenação do governo, cuja repercussão internacional seria ainda mais agravada. Bispos brasileiros denunciam a criminalização do movimento religioso, e a pecha de que são "inimigos da pátria". A reunião preparatória do Sínodo teve de ser protegida pela guarda municipal de Belém. Os bispos não fizeram senão reafirmar a posição da Igreja católica contra o desmatamento e a mineração na Amazônia, principalmente em terras indígenas. A Igreja ergue-se como protetora dos "povos originários". As mudanças do governo Bolsonaro, as divisões interburguesas e o envolvimento da Igreja católica despertaram velhas rixas religiosas. A ultradireita católica passou a se mobilizar contra o Sínodo, em apoio a Bolsonaro. Procura-se ressuscitar a mais obscurantista de todas as seitas, que é a TFP (Tradição, Família e Propriedade). O Instituto Plínio Correia de Oliveira e Voz da Família saiu a campo para condenar "uma minoria de antropólogos neomarxistas, e de teólogos da libertação", que trabalhariam contra a soberania e o desenvolvimento nacionais. É preciso assinalar ainda que, no fundo, há uma acirrada disputa entre a igreja católica e as igrejas evangélicas, que apoiaram Bolsonaro, e que há algum tempo vêm se fortalecendo, material e politicamente, no seio do Estado.

Todas as partes do conflito interburguês sabem que, no fundo do palavreado ecológico, preservacionismo, direitos indígenas, desenvolvimento sustentável, soberania, patriotismo, etc. estão os interesses econômicos e as pressões do imperialismo. A realidade se evidencia no desmatamento, nas queimadas, na grilagem, na expansão da agropecuária, no contrabando de madeira, na extração mineral, na contaminação dos rios, o gigantesco potencial econômico da área, na pobreza e miséria da maioria dos cerca de 25 milhões de habitantes que povoam a Amazônia. Nessa região, se trava uma poderosa disputa entre as forças econômicas. O capitalismo progrediu saqueando a natureza e sacrificando a vida das massas trabalhadoras. Está baseado na anarquia da produção.

Acordos climáticos, como os de Paris, são ditados pelas potências e provisórios. Os interesses particulares, como os dos capitalistas agrários, que estão em sua base, acabam por ser denunciados pelos concorrentes. Trump pôde se dar ao luxo de mandar o Acordo de Paris às favas. Simplesmente justificou que os agricultores norte-americanos não mais se guiariam pelo protecionismo europeu. Bolsonaro pretendeu seguir Trump, mas voltou atrás. O Brasil permanece coberto pelo Acordo de Paris, mas não mais vai cumpri-lo, como exige Macron. Então, as negociações de livre comércio entre o Mecosul e a União Europeia podem fracassar. Os Estados Unidos assistiram ao embate, que foi parar na reunião do G7. Não se desautorizou Macron, mas simplesmente o anularam. Trump tem Bolsonaro em suas mãos. Nada de significativo que se passe na Amazônia escapa ao controle do imperialismo norte-americano.

A burguesia nacional e seus governos – não apenas o do ultradireitista Bolsonaro – não têm como garantir a soberania nacional. Em última instância, o Estado e a política burguesa estão condicionados pelos credores da dívida pública, supremacia do capital financeiro e poderio das multinacionais. Não por acaso, as Forças Armadas se encontram amplamente influenciadas pelo Pentágono. Os militares retomaram seu lugar no núcleo governamental, e levaram o País a se alinhar por trás da política de Trump (guerra comercial, intervencionismo na Venezuela, etc.). Desde o golpe de Estado de 2016, vêm se operando grandes mudanças, em vários aspectos da vida nacional. Por cima, estão os interesses do grande capital, que se acha limitado pela crise mundial. A Amazônia é um grande patrimônio a ser explorado. Não haverá medida de proteção ambiental que impeça o avanço devastador das forças econômicas.

A resposta somente pode vir do proletariado, a classe revolucionária, capaz de levantar um programa de desenvolvimento das forças produtivas, seguindo um planejamento. O problema está em que atravessa uma profunda crise de direção. Acaba de sofrer uma segunda traição da parte das direções burocráticas e reformistas, primeiro, diante da reforma trabalhista, segundo, da reforma da Previdência. Sem a organização independente da classe operária, não é possível defender as riquezas nacionais do saque imperialista e a vida das massas. A luta em todos os terrenos, sob a diretriz do programa da revolução proletária, é a condição para superar os obstáculos subjetivos. A questão da Amazônia é parte da questão mais geral da propriedade agrária, da estrutura latifundiária e da exploração capitalista da terra. Não se encontrará uma solução específica para as contradições da Amazônia. O programa agrário da classe operária tem por fundamento a expropriação dos latifundiários e nacionalização da terra. Na Amazônia, a maior parte é nacionalizada, mas submetida à ofensiva das forças privadas. Trata-se de acabar com essa relação contraditória, nacionalizando por completo a Amazônia, sob o controle dos explorados. Esse caminho pressupõe a luta pela nacionalização geral das terras, por meio de um governo operário e camponês. Sem a derrubada da burguesia do poder, e sem a ruptura completa com o imperialismo, não há como impor a real soberania nacional. A estratégia de luta por um governo operário e camponês corresponde ao programa da revolução e ditadura proletárias. É com esse programa, com a organização independente e com a linha política anti-imperialista e anticapitalista, que a vanguarda deve se posicionar em defesa da Amazônia, que se tornará patrimônio da humanidade sob o socialismo.

Apeoesp

Somente uma assembleia unitária poderá barrar a ofensiva de Doria e Covas contra a educação pública

Há alguns anos, os governos do PSDB vêm implantando o programa de escolas de tempo integral. Sempre houve uma resistência, geralmente das escolas envolvidas, e de uma parcela da vanguarda que milita na Apeoesp, mas limitada a demonstrar os prejuízos para os estudantes e professores. Juntamente com o programa, esses governos tentaram impor a chamada “reorganização da rede”, em 2015, que tinha o claro objetivo de fechar uma centena de escolas. Nesse momento, a assembleia de professores, que contava com a participação de alunos, aprovou a bandeira, defendida pela Corrente Proletária, de “escola fechada, escola ocupada”. Foram, principalmente, os estudantes que a assumiram, e ocuparam várias escolas, e estiveram nas ruas, com pais, professores e estudantes. O movimento obrigou o governo Alckmin a recuar. No entanto, impôs o fechamento de salas que não possu-

res poderão quase dobrar os salários é uma armadilha, porque os 75% são na forma de gratificação, ficou doente, ou se aposentou, o salário volta a ser igual aos demais. Se, antes, o professor trabalhava 32 horas, pelo PEI, terá de cumprir 40 horas semanais na escola. O que é real é que os programas são privatistas, seja com aulas técnicas, seja com recursos, que terão de ser buscados junto à iniciativa privada. O que é real é que serão escolas com número reduzido de alunos, professores e funcionários.

Como se vê, Bolsonaro, Covas e Doria estão com a navalha na mão. Pretendem cortar o máximo possível de recursos à educação pública. Para isso, estão entregando parte da educação básica para a iniciativa privada. Os PEIs, Novotec e as ETIs cumprem esse objetivo. Reafirmamos: nada têm a ver com qualidade de ensino, e com a proteção à juventude mais vulnerável. A luta implica um

(...) Bolsonaro, Covas e Doria (...) Pretendem cortar o máximo possível de recursos à educação pública. Para isso, estão entregando parte da educação básica para a iniciativa privada.

movimento coletivo de estudantes, professores, funcionários e pais. A rejeição por escola não barra a ofensiva governamental, que é nacional. Está aí por que a Corrente Proletária/POR se colocou pela convocação da assembleia geral. Proposta

iam o número de 35 e 45 alunos, e superlotou outras. Essa virada governamental foi acompanhada da implantação das escolas de tempo integral. E os resultados não poderiam ser outros: 1) milhares de salas de aula foram fechadas em todo o estado; 2) alunos que trabalhavam ou faziam cursos foram expulsos; 3) professores deslocados de escolas ou demitidos; 4) professores que aderiram ao programa passaram a inventar projetos, preencher papéis e cobrir a falta de colegas; 5) as três refeições diárias são iguais às merendas das escolas comuns; 6) nenhum centavo a mais para as escolas integrais. Esse pequeno retrato evidencia o objetivo governamental de reduzir a responsabilidade do estado para com o financiamento do ensino público.

Agora, depois da aprovação da PEC do teto, em 2017, os governos federal, estadual e municipal abriram uma ofensiva de cortes de recursos à educação, do superior ao básico. Em São Paulo, Doria acelerou a implantação do Programa de Ensino Integral (PEIs) e maquiou um antigo projeto, que recebeu o nome de Novotec. Ambos visam tão somente ao fechamento do período noturno. Para isso, faz a campanha junto aos pais de que as escolas escolhidas para os programas estão com poucos alunos, e prestes a serem fechadas. Que os alunos têm pouca idade para cursar o período noturno. Que a escola integral retira os alunos das ruas e da exposição à violência. Que será de melhor qualidade ou poderá ter cursos técnicos. Que terá três refeições todos os dias. Que os professores receberão 75% a mais. Portanto, uma infinidade de mentiras, que servem para ocultar os reais objetivos, que são os cortes de recursos e o avanço da privatização para a educação básica.

Tanto os PEIs quanto o Novotec são programas de exclusão de alunos e professores, de aumento da superexploração do trabalho e de parcerias privadas. A ilusão de que a escola terá maior qualidade cai por terra, porque não há mais recursos. Que os professo-

res que foi rejeitada pelas direções sindicais da Apeoesp, Sinpeem e pela maioria das correntes oposicionistas. O resultado dessa política, contrária à organização coletiva, está custando caro, porque apaga o fogo numa, e acende em outras.

O acerto da posição da Corrente Proletária

Desde as primeiras reuniões da Apeoesp em que se discutiu a ofensiva do governo com os PEIs e Novotec, a Corrente Proletária defendeu e exigiu que o sindicato convocasse uma assembleia estadual, e que fizesse um chamado ao Sinpeem para a luta unitária, haja vista que, no município, o prefeito estava impondo as ETIs. Em todas as reuniões, venceu a proposta da direção, de que não era hora de uma assembleia, e que o momento era de “esclarecimento” às escolas. Doria, por sua vez, diante da falta de resistência, anunciou a implantação de PEIs em 186 escolas. Em todas as regiões da capital e no interior, escolas foram escolhidas para o programa. Sem assembleia, os professores envolvidos diretamente e os mais conscientes das regionais da Apeoesp estão diuturnamente se enfrentando com os porta-vozes do governo (diretorias de ensino), que vão de escola em escola vender o peixe. Diretores convocam os Conselhos e, quando os projetos são rejeitados, alegam irregularidades, e chamam novas reuniões. E, finalmente, quando não tem mais jeito, pulam dos PEIs para o Novotec. A situação se tornou insustentável. Mas, mesmo assim, a diretoria da Apeoesp, com o apoio da maioria das correntes de oposição, aprovou a assembleia para 27 de setembro. O governo, mais esperto, colocou o prazo de adesão aos projetos até o dia 13.

A direção da Apeoesp e os apoiadores dizem que os professores não compareceriam em massa para uma assembleia no início de agosto. Que era preciso reforçar o movimento contra a reforma da Previdência. Lembremos que a reforma já havia sido aprovada

sem resistência, na Câmara dos Deputados, e que as centrais se recusaram a chamar nova greve geral. Na realidade, não estavam dispostas a organizar o movimento de rua contra o governo. Esse erro político é de extrema gravidade. A função da direção e da vanguarda é defender a luta coletiva, por meio das assembleias. A provável presença ou não de professores nunca pode servir de argumento para a direção se negar a convocar a assembleia, como instrumento de organização e centralização coletiva da luta. Lamentavelmente, o PSOL e seus agrupamentos e correntes, que se dizem de oposição, acabaram servindo à política petista da dire-

ção da Apeoesp. Isso em nome de uma “unidade”, de uma frente única burocrática, que se constituiu com as centrais sindicais. A derrota dos trabalhadores com a reforma da Previdência e a ofensiva do governo contra a educação pública se devem à política de conciliação de classes dessa frente burocrática. Fazer um balanço dessa experiência negativa permitirá politizar o movimento, no sentido de combater a política traidora das direções sindicais. Ainda que tardiamente, é preciso convocar imediatamente a assembleia, antes que o governo acabe por impor os seus programas de fechamento de escolas.

Bruno Covas quer impor o programa SP Integral!

Que as direções sindicais convoquem uma assembleia unitária para organizar a mobilização nas ruas em defesa do ensino público!

Trata-se de um aprofundamento da precarização das escolas. É preciso resistir a mais esse ataque com a unidade entre estaduais e municipais! Está colocada a tarefa de erguer os comitês em defesa da escola pública nos bairros!

O modelo das Escolas de Tempo Integral (ETI) está avançando, nas redes estadual e municipal de São Paulo. No caso desta, o prefeito Bruno Covas baixou a Instrução Normativa Nº 21, que “reorienta” o Programa São Paulo Integral. Trata-se da participação compulsória das EMEFs dos CEUs no Programa. Uma medida autoritária, que deve ser rejeitada pelos estudantes, pais e trabalhadores. As organizações sindicais precisam organizar imediatamente a luta contra a “Instrução” e o próprio programa de Escolas de Tempo Integral

O texto publicado, em Diário Oficial no dia 20/08, está recheado de demagogia sobre o “direito de cidadania da infância e da adolescência”, o “desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões” e outras coisas do tipo. O que se sabe, porém, é que a escola que existe no mundo real está falida. Nela, não se encontram as condições para ensinar, nem para aprender, em que pesem os esforços dos estudantes e dos trabalhadores no cotidiano. Nela, as capacidades físicas e intelectuais dos jovens são mutiladas, e não desenvolvidas.

A ideia de um “Ensino Integral” é vendida como se fosse uma maravilha. Mas, caso a medida não seja revertida, resultará tão somente em aumento da carga horária. Ou seja, mais tempo, na velha escola falida e enfadonha de sempre. O governo busca seduzir as famílias, apontando que as crianças e adolescentes, ficando mais tempo na escola, poderão aprender mais, ficando distantes da vulnerabilidade das ruas. Insinua que haverá aulas de canto coral, dança, música, teatro, robótica etc. Na prática, a proposta governamental resultará na expulsão do jovem trabalhador da escola, dada a impossibilidade de conciliar os horários.

Já com os trabalhadores, o governo joga com chantagens: promete ampliar o módulo docente e de funcionários – o que não passa de demagogia, já que a grande maioria das unidades já se encontra com o módulo incompleto, faltam professores e funcionários em quase todas as escolas da rede; outras promessas referem-se à prioridade na atribuição aos docentes na continuidade dos projetos, complementação de jornada, atestado de participação para evolução funcional, e ampliação dos recursos financeiros.

É o famoso “canto da sereia”! Depois de implementado o projeto, o governo começará a tirar com a mão direita o dobro do que deu com a esquerda. Já vimos esse filme muitas vezes! É evidente

a manobra para iludir os trabalhadores e as famílias, em relação aos supostos benefícios das ETIs, jogando com a divisão dos trabalhadores e colocando as comunidades contra o funcionalismo. Para os governos, entretanto, a contrapartida é muito vantajosa, pois, enxugará ainda mais os gastos com a escola pública, principalmente pelo fato de que o integral será sustentado através do fechamento de salas/turnos e a superlotação das salas de aula.

Até parece que não é o mesmo prefeito que, há poucos meses, golpeou a aposentadoria do funcionalismo com a aprovação da Sampaprev, alegando falta de recursos financeiros! Até parece que não se trata do governo que ofereceu 0,01% de reajuste salarial! Até parece que este não é o país que está realizando cortes bilionários no orçamento da Educação! As contas não batem. Não precisa ir muito longe, para saber que é tudo mentira e hipocrisia.

A “Instrução” trará, isso sim, mais fechamento de salas e turnos, bem como a superlotação das salas de aula; dificultará o acúmulo de cargos (vale lembrar que a rede estadual implantará a sétima aula a partir de 2020, e está avançando com as PEIs; a organização do tempo e das turmas como está sendo proposta, acabará levando ao fechamento das turmas da EJA no noturno; manterá e aprofundará a precarização das escolas; intensificará a perseguição aos educadores, de acordo com o “perfil” exigido pelo Programa; abrirá o caminho para a privatização e a terceirização, através da chamada “expansão curricular” dos “Territórios do Saber”. Está claro que a “reorientação” do Programa São Paulo Integral não passa de uma adequação à privatista BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Os trabalhadores não podem se deixar levar por supostos benefícios corporativistas pontuais, tal como a compatibilização de horários e jornadas, etc. Há infinitamente mais o que se perder! Caso não fosse assim, o governo não seria obrigado a enfiar goela abaixo a “Instrução” nas EMEFs dos CEUs, passando por cima dos Conselhos.

Com base nesse entendimento é que a Corrente Proletária na Educação batalhou, tanto nos fóruns do Sinpeem, quanto da Apeoesp, para que fossem convocadas as assembleias das categorias. Lamentavelmente, as direções majoritárias – representadas pelas correntes Articulação (PT) e Compromisso e Luta (Cláudio Fonseca/Cidadania), dos estaduais e municipais, respectivamente – não só votaram contra a convocação das assembleias, como, na prática, se limitaram a publicar notas inócuas em seus sites.

Para derrotar a posição da Corrente Proletária, as direções puderam contar com o apoio de setores da oposição desses sindicatos.

Agora, porém, quando uma onda de insatisfação toma conta das bases, os mesmos setores da oposição se veem obrigados a percorrer as escolas, e intervir nas reuniões de Conselho. Mesmo que admitamos a importância dessa intervenção junto aos Conselhos, o fato é que a vitória só poderia vir através da luta unitária dos trabalhadores nas ruas, com os métodos da classe operária, isto é, com a ação direta. Esta premissa continua de pé: ou a resistência se dá no campo da luta coletiva, ou o governo vencerá, cedo ou tarde.

As direções sindicais não podem perder mais um minuto sequer

MAIS CORTES NA EDUCAÇÃO: É HORA DE RADICALIZAR A LUTA!

O governo de Jair Bolsonaro não mede esforços para seguir as diretrizes do imperialismo e do grande capital, a fim de manter os pagamentos dos juros da dívida pública. Para isso, está cortando na carne dos explorados, e aplicando as mais duras medidas. O viés ultraliberal desse governo se evidencia, a cada dia, na entrega das estatais (Petrobras, Correios, Banco do Brasil, Base de Alcântara, etc.), nas reformas antinacionais e antipopulares (reforma da Previdência e a MP 881 da liberdade econômica), e nos sucessivos cortes, nos mais diferentes setores.

Na previsão enviada ao Congresso para o orçamento de 2020, o governo cortou, principalmente, valores dos programas sociais e

para organizar a luta. Está colocada a necessidade de uma mobilização unitária dos estaduais e municipais. A tarefa imediata que cabe, nesse caso, é a convocação urgente de uma assembleia unificada. Cabe também erguer os comitês nos bairros, com a participação de estudantes e das comunidades. Está aí o caminho para derrotar a investida dos governos, e impor a defesa da escola pública! É com o movimento massivo nas ruas, a exemplo do que foi feito nos dias 15 e 30 de maio, e em 13 de agosto, que será possível barrar a implantação do falacioso programa de Escolas de Tempo Integral.

da educação. O programa Minha Casa Minha Vida recebeu corte de 41%, e o Bolsa Família ficou com o mesmo valor deste ano, o que implica em redução, já que não foi corrigido pela inflação. No MEC, o corte foi de R\$ 21 bilhões, saindo, de R\$ 122 bi, para R\$ 101 bilhões. Na pesquisa, o valor vai, de R\$ 4,25 bilhões, para R\$ 2,2 bilhões, 48%. Trata-se de um verdadeiro desmonte das universidades públicas, com objetivo de implantar projetos privatistas, como o Future-se. Os valores destinados a obras nas escolas, compras de transporte escolar, etc., foram cortados em 24%.

Não bastasse esse profundo ataque ao orçamento social para o próximo ano, o governo acaba de realizar novos cortes na educação, ainda em 2019. O maior impacto foi nas bolsas de pós-graduação da CAPES (mestrado e doutorado). Foram 5.613 bolsas, que não serão entregues a novos pesquisadores, ainda este ano. O governo já tinha realizado cortes em maio e junho. No acumulado do ano, foram 11.811 bolsas cortadas, 12% do total.

A CNTE, sindicatos de professores e movimento estudantil fizeram grandes marchas contra os cortes, em 15 e 30 de maio, mas, como se vê pelos números, e pelo avanço dos ataques, isso não foi suficiente para barrar o governo. Por outro lado, as centrais sindicais traíram o movimento, desviando para o terreno da burguesia, o Congresso Nacional. Depois disso, a traição se completou com a ausência de um novo chamado para a retomada da greve geral. Limitaram-se a chamadas para atos e manifestações pontuais.

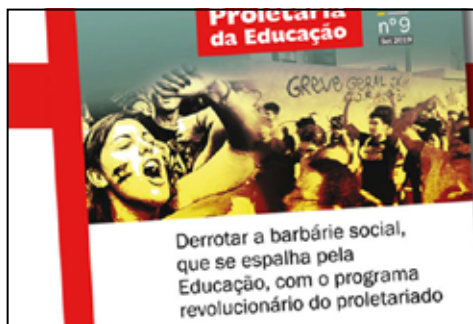
Não podemos esperar mais, é preciso radicalizar a luta. Presionar os sindicatos para retomar imediatamente a greve geral por tempo indeterminado. Ocupar as escolas e universidades, contra os ataques dos governos, e defender uma plataforma unitária de reivindicações. Os movimentos pela educação, os sindicatos de professores universitários, mais ligados aos cortes de bolsas, não podem ser ingênuos em acreditar que é possível barrar os cortes na área, isolados do movimento geral. É preciso unir as reivindicações da educação com a luta pelos empregos, pela moradia (contra os cortes nos programas sociais), pelos salários, e contra as reformas da Previdência e trabalhista. A Corrente Proletária/POR levanta as bandeiras: Abaixo a reforma da Previdência! Abaixo a MP 881 e a reforma trabalhista! Nenhum corte nos programas sociais! Nenhum corte na educação!

MAIS UM MILITAR NO MEC

Responder com a luta coletiva

O governo Bolsonaro, através do MEC, nomeou, no dia 22 de agosto, o general da reserva Carlos Roberto Pinto de Souza para comandar a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), órgão responsável pelo Enem. Nem precisaríamos dizer que o general não tem experiência nenhuma na área educacional, seus estudos são no militarismo e estratégias de guerra. Mas, isso pouco importa para o governo fascizante de Bolsonaro.

Apontamos, em outros números do Jornal Massas, que uma das formas de se militarizar a educação é por meio do gerenciamento das pastas educacionais por militares. É isso que o governo Bolsonaro tem feito, desde o começo, além de ampliar as escolas cívico-militares e aumentar a repressão aos estudantes e professores, que se colocam em choque com o governo. Trata-se de um governo decidido a impor uma educação militarizada, antidemocrática e obscurantista. É nossa tarefa exigir que as entidades sindicais e estudantis convoquem assembleias para aprovar o caminho da resistência coletiva e da defesa da educação pública, laica, científica e voltada à produção social.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

nº 9
Set 2019

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.

Rondônia / **O exitismo da burocracia do Sintero e a dura realidade dos trabalhadores da educação**

No dia 28 de agosto, o Sintero chamou uma assembleia para os professores e funcionários da educação de Porto Velho. A assembleia seria para anunciar a resposta do prefeito à pauta de reivindicações desse ano. Desde dezembro, a burocracia vem negociando com a prefeitura, e alegando que a demora se devia à troca de secretários, exonerados devido às denúncias e corrupção. Assim, durante oito meses, a direção do sindicato não convocou assembleias, os trabalhadores ficaram com os salários arrochados, e as condições das escolas cada vez mais precarizadas.

Agora, trouxe a vergonhosa resposta do prefeito. Disse que foi implantado o piso nacional para professores, de 40h semanais, agendamento dos retroativos das gratificações de ensino especial, pós-graduação, entre outros, e um aumento de 5%, dividido em duas vezes, 3,75%, em setembro e 1,25%, em janeiro de 2020. Depois de mostrar os êxitos da negociação, os burocratas se recusaram a abrir as intervenções aos que se opunham à proposta do prefeito.

Apesar da condução autoritária da burocracia, a Corrente Proletária criticou a falta de democracia na assembleia, e defendeu o

direito de todos se posicionarem diante da resposta do prefeito, e da aceitação por parte da direção do sindicato. Mesmo assim, a assembleia foi encerrada. Demagogicamente, a presidente do sindicato veio pedir “desculpas” aos militantes da Corrente, após a dissolução da assembleia. Aí está a conduta de um burocrata autoritário, antidemocrático, diante de uma assembleia, mas que pretende, nas costas dos trabalhadores, agradar os seus opositores.

O fundamental é compreender que a burocracia do sindicato tem se tornado um apêndice dos governos. Rejeita a organização dos trabalhadores para impor, por meio da luta, suas reivindicações. Anula o poder coletivo de discussão e deliberação das assembleias. Assim, é cada vez mais autoritária e antidemocrática. Quem ganha com essa conduta é o governo. Quem perde são os trabalhadores, que amargam a miséria salarial, a perda de direitos, e as péssimas condições de trabalho. Não é por acaso que a Corrente Proletária vem insistindo na organização de uma oposição classista, capaz de defender as reivindicações, o método da luta direta e combater a burocracia sindical, subserviente ao governo.

Afuse / **Combater a burocratização da Afuse, construindo uma oposição classista**

Diante de direções sindicais tão burocratizadas, e da conciliação de classes, é urgente a construção de uma frente de luta, baseada na independência classe, e apoiada na democracia operária. Esse é o caminho para combater essas direções, que fazem do sindicato um instrumento submetido à política burguesa.

Os funcionários da educação convivem, há décadas, com uma burocracia vinculada à política da Articulação/PT. Conta, para isso, com um estatuto antidemocrático, que tem dificultado o surgimento de uma fração classista. Assim, comparecem perante os funcionários como se só existisse uma posição no interior da Afuse.

O sindicato, que é uma frente de várias posições, surgiu das necessidades da classe operária de defender e conquistar suas reivindicações. Assim, expressava a democracia sindical, garantida pela discussão e aprovação coletiva das posições. Com o passar do tempo, a política da burguesia e de seu Estado foi penetrando nos organismos dos trabalhadores, por meio de suas direções. A independência de classe foi sendo substituída pela conciliação de classes. E os sindicatos, como instrumentos de luta, foram sendo arrastados pelos partidos burgueses ou pequeno-burgueses. Hoje, o que temos é uma burocracia que controla a maioria dos sindicatos e centrais, a exemplo da Afuse.

Está aí por que é urgente que os funcionários mais conscientes tomem em suas mãos a tarefa de erguer uma frente de luta,

classista, objetivando construir uma oposição à burocracia petista da Afuse. O que significa organizar uma oposição sindical com o programa operário, para fazer do sindicato um organismo auxiliar da luta de classes contra a burguesia e seus governos.

A Corrente Proletária/POR se dirige aos lutadores para pôr em pé essa tarefa, necessária e urgente. Estamos diante do governo ditatorial de Bolsonaro, que vem desfechando um brutal ataque às condições de existência dos explorados. Acabou de aprovar a reforma da Previdência, um duro golpe ao direito da maioria de se aposentar. Vem impondo gigantescos cortes de recursos à educação e a outros serviços essenciais. Anunciou um salário mínimo de fome para o próximo ano. Criou novas medidas contra os direitos trabalhistas, por meio da Medida Provisória 881. Lançou um violento plano de privatização e desnacionalização. Entregou a Base de Alcântara, no Maranhão, aos Estados Unidos. O governador Doria, por sua vez, segue a política econômica bolsonarista. Por isso, não há reajuste, os cortes de verbas à educação têm precarizado ainda mais as condições de trabalho nas escolas e, agora, se volta contra os pais, estudantes, professores e funcionários, por meio da farsa das escolas em período integral. Daí a importância dos sindicatos serem combativos, porque permite a organização dos trabalhadores para enfrentar os governos e impor as reivindicações que unificam a maioria explorada.

Ceará / **Eleições para o Sindsep:**

Contra a chapa da atual diretoria, vote nulo!

Construir uma oposição de luta à política de colaboração do Sindsep com o prefeito Naumi Amorim!

Em 24 de setembro, ocorrerá a eleição para a diretoria do Sindsep, em Caucaia. Esta eleição contará com uma chapa única, que é o continuísmo da antiga direção (PT). A chapa de oposição, formada por inúmeros companheiros professores e servidores de luta, foi impedida de se inscrever, por meio de manobras baixas e espúrias, as quais denunciaremos para toda a categoria. Foram

muitas as tentativas da atual direção do Sindsep de fazer eleições sem a participação da oposição, cuja chapa era impedida de se inscrever. A primeira manobra foi derrubada numa ação judicial, que anulou as eleições e obrigou a direção do Sindsep a refazê-las. Desta vez, a manobra de não inscrever a chapa baseou-se na alegação de que os membros não poderiam nunca ter ficado

inadimplentes com o Sindicato. A direção rejeita que professores da chapa, e também de base, possam ter seus direitos sindicais (votar e serem votados) assegurados, mesmo que estes queiram colocar em dia suas obrigações para com o sindicato.

Não se trata de um zelo pelo bom funcionamento do sindicato, uma defesa das filiações ou do fortalecimento da entidade. Por trás dessa manobra, que só tem o respaldo do Estatuto Sindical por ter sido este alterado na surdina, e sem conhecimento da base, está o desejo de se perpetuar na direção do Sindicato.

Pernambuco / Balanço do Processo de Eleição do Diretório Acadêmico de Serviço Social

A eleição do governo militarista, obscurantista e ultraliberal, representando pelo presidente Jair Bolsonaro, expressa a crise capitalista. A qual leva a burguesia a atacar de forma incisiva as conquistas dos explorados, fruto da luta de classes. Nessa conjuntura, se fazem necessárias a organização e a atuação em diversas frentes de luta. Com isso, a Corrente Proletária Estudantil (CPE) participa do processo eleitoral do Diretório Acadêmico de Serviço Social da UFPE.

(...) é a base ultraliberal que se caracteriza como espinha dorsal do atual governo, é por meio desse núcleo que avança a ameaça de cobrança de mensalidades no ensino superior público, estrangulamento orçamentário e abertura de campos para o capital financeiro penetrar em todos níveis de educação.

O processo passou por dois adiamentos, pela dissolução da comissão eleitoral, e pela constatação de que o estatuto do D.A. está sumido. Apesar disso, atuamos na formação de uma chapa, fazendo plenárias. A chapa é composta por 17 integrantes, sendo dois integrantes da Juventude Anticapitalista – RUA, e dois da Corrente Proletária Estudantil, os demais não participam de nenhuma organização. Por indicação do RUA, a chapa teve o nome de Marielle Franco.

Com o objetivo de construção do programa da chapa, os militantes da CPE levaram por escrito suas propostas, ainda em discussão com os demais. Eis alguns trechos:

“Caracterização do governo

A caracterização do governo Bolsonaro torna-se instrumento necessário para traçar a tática correspondente aos ataques sem precedentes às políticas sociais. Seu governo é sustentado pelas bases ultraliberal, militarista e obscurantista. O militarismo se expressa pela enorme presença de militares no âmbito do governo federal, seja nos postos de primeiro escalão, seja nos de segundo. A base obscurantista age para convencer as massas exploradas de que a Educação Pública é inimiga do povo, além disso, se expressa pela ofensiva ideológica, por meio da cruzada anticomunista e antimarxista. Mas, é a base ultraliberal que se caracteriza como espinha dorsal do atual governo, é por meio desse núcleo que avança a ameaça de cobrança de mensalidades no ensino superior público, estrangulamento orçamentário e abertura de campos para o capital financeiro penetrar em todos níveis de educação.

Educação

O governo de Bolsonaro vem dando continuidade à ofensiva privatista e obscurantista sobre a educação. Impôs o corte de 30% das verbas de custeio e capital as universidades, e pretende implementar o programa

A Corrente Proletária na Educação, que integramos a chapa 2, impedida de concorrer, chama os servidores/as, e professores/as a rejeitarem o apoio à chapa única da direção do Sindsep, votando nulo nestas eleições. Chama também os lutadores municipais a construir uma oposição de luta e combativa a esta direção burocrática e conciliadora com o Prefeito Naumi! Nenhum apoio à chapa da direção do Sindsep (PT)! Não à desfiliação e à construção de um novo Sindicato! Derrotar a atual direção antidemocrática e traidora e recuperar nosso sindicato para luta!

“Future-se”, que põe em risco a gratuidade das universidades. A justificativa do governo é de que se as universidades estão sofrendo com o contingenciamento e estão tendo suas atividades prejudicadas devido a esse bloqueio, então que firmem parcerias com Organizações Sociais, União e outras faculdades, estimulando que as universidades captem seus próprios recursos para auxiliar na manutenção. Ou seja, as OSs, que são entidades privadas, passarão a ingerir em pesquisa, ensino, desenvolvimento tecnológico e cultural. O governo diz que não é obrigatório as universidades aderirem ao programa, entretanto, aquelas que não aderirem serão penalizadas com escassez de recursos, além da emenda constitucional 95, que congela os gastos por 20 anos. Diante desse cenário, é necessário um movimento forte, com uma entidade de base ativa, chamando para

assembleias e articulando com as demais entidades, vinculando com as reivindicações dos trabalhadores. É o momento de levantar a bandeira em defesa do ensino público e da autonomia universitária.

Reforma da Previdência

Após a aprovação da Reforma Trabalhista e da Lei da Terceirização, o Congresso Nacional aprovou a Reforma da Previdência. Essa Reforma traz brutais consequências para a vida dos trabalhadores.

Funcionamento do DA

A última gestão do D.A. se iniciou com uma chapa cheia de nomes, como se um maior número de integrantes significasse maior democracia. A experiência mostrou que as coisas não são bem assim. Nem todos que dão os nomes se comprometem até o fim e o esvaziamento vira motivo de desmobilização. Fizemos muito, inclusive com a organização do ELESS, mas a conjuntura exige que façamos mais. Consideramos melhor uma diretoria enxuta, comprometida e organizada, que garanta os espaços coletivos de debate, formação e deliberação. É mais democrático uma diretoria que se reúna regularmente, e garanta que a decisão das assembleias seja soberana. E que todos os afastamentos de diretores sejam comunicados e recompostos, sempre que possível, por meio de assembleias. A partir das necessidades organizativas, podem ser criadas comissões específicas.

Comunicação

Além de garantir os espaços de deliberação, é preciso ter ações regulares de comunicação, por meio das redes sociais, boletim do D.A. e, principalmente, a passagem em salas de aula.”

A chapa se encontra no período de campanha, até o dia 10 de setembro, tendo nos dias 11 e 12 a realização de debates, e nos dias 13 a 16, o período de votação.

Eleição de delegados para o IV Congresso da CSP-Conlutas

A Corrente Proletária/POR atuou nas plenárias para a eleição de delegados ao Congresso da Conlutas em algumas regionais da Apeoesp da capital e no litoral norte, no sindicato de servidores municipais de São Sebastião, e no Sinte do Rio Grande do Norte. No dia 7 de setembro, participará da plenária de operários, no ABCD. Entregou sua tese e resoluções à direção da Conlutas e distribuiu, durante os debates, um resumo desses documentos. Abaixo fizemos um breve relato das plenárias.

Servidores municipais de São Sebastião/SP

A assembleia no Sindicato dos Servidores Municipais foi dirigida pela corrente Luta Socialista (LS/PSOL), que propôs que não houvesse defesa de teses. O que foi prontamente recusado, já que o intuito da assembleia era o de eleger delegados para o Congresso, com base na discussão política e programática. Assim, foram apresentadas as teses do Bloco Classista, Operário e Popular e Corrente Proletária. Em seguida, abriu-se para os participantes. Ao invés da eleição ser por tese, a mesa encaminhou a votação nominal nos candidatos, uma forma despolitizada de eleger os delegados.

Regional da Apeoesp de Caraguatatuba

Na plenária, foram apresentadas duas teses, a da Corrente Proletária, e “Unidos pra Lutar”, PSOL. Cada tese teve 20 minutos para a defesa. Depois, abriu-se para o debate e, por fim, 5 minutos de considerações finais para cada tese. Algumas divergências entre a tese do PSOL e a do POR foram evidenciadas. As divergências entre as duas teses estavam na posição da Unidos, de não caracterizar o impeachment de Dilma como um golpe, defender a prisão de Lula, na bandeira do “Fora Maduro”, e de não realizar críticas à direção da Conlutas, quando esta concilia com a frente burocrática formada pelas centrais sindicais. Após o debate, abriu-se para a votação sobre a base das teses.

Regional da Lapa

Estavam presentes 4 teses, PSTU, Bloco (PSOL), Unidos e POR. Contou com professores estaduais e municipais. Houve a defesa das teses. As divergências se manifestaram quanto à caracterização da traição das burocracias sindicais, diante da reforma da Previdência, na formulação sobre a crise econômica e política, e na estratégia de poder. O POR reafirmou o balanço da derrota da reforma da Previdência e o papel traidor da frente burocrática constituída pelas centrais, o avanço da crise econômica, e a consequente crise política que atinge o governo Bolsonaro, o plano de privatização e desnacionalização, e o alinhamento do governo à política imperialista de Trump. E ressaltou a estratégia própria de poder da classe operária, que é a do governo operário e camponês, resultado da revolução social. Em seguida, houve o debate e a votação

sobre a base das teses.

Regional de Itaquera

A reunião contou com a apresentação de duas teses: Conspiração Socialista/Resistência e Corrente Proletária/POR, que caracterizou o governo Bolsonaro como uma continuidade da ditadura civil de Temer, um governo militarista e fascistizante. Criticou a frente burocrática das centrais, que serviu para conter a luta dos explorados contra a reforma da Previdência. Mostrou a importância do congresso da Conlutas, em fazer um balanço crítico da posição da direção, diante da traição das burocracias sindicais. Defendeu que as reformas e os planos de privatização somente serão derrubados por meio de uma poderosa greve geral. E encerrou apontando a estratégia própria dos explorados, que é a da revolução proletária.

Regional do ABC

Na plenária, estavam presentes 7 teses, PSTU, Resistência e Luta/ Renovar pela Luta, Oposição Revolucionária, Socialismo ou Barbárie, Emancipação Socialista, MRT e o POR. As teses tiveram cinco minutos para a apresentação. Boa parte das correntes concentrou sua intervenção apontando as duras medidas de Bolsonaro, reforma da Previdência, cortes de recursos à educação e militarização das escolas, a imposição dos programas de ensino integral em São Paulo e a crise econômica.

O POR, além de caracterizar o governo como militarista e fascistizante, defendeu a independência de classe dos explorados, e a estratégia de poder da classe operária. Criticou a frente burocrática das

centrais, que levou à derrota dos trabalhadores. E defendeu uma única central, classista e revolucionária.

Rio Grande do Norte

Na assembleia do SINTEST (funcionários da UFRN), o PSTU, por meio de um militante da base da categoria, e uma integrante da executiva nacional da CSP-Conlutas, rejeitou a tese do POR, alegando que não poderia ser votada na assembleia, porque não estava no formato de resolução, mas, sim de tese. O que foi prontamente questionado pelo militante do POR, dizendo que não tinha sentido, no momento, de sucessivos ataques e da necessidade de dar respostas ao movimento, entrar em discussão se o documento era resolução ou tese. Disse que a tese já havia sido entregue à direção nacional. Após a votação das chapas, houve a votação da proposta de resolução do Bloco Classista, Sindical e Popular (PSTU e outros), sendo aprovada. O POR se absteve e declarou que não fazia sentido aprovar uma resolução após a votação de chapa, uma vez que as chapas já carregavam suas respectivas resoluções. Segundo eles, as resoluções podem ser assinadas por correntes e entidades sindicais.

A Corrente Proletária mostrou a importância do congresso da Conlutas em fazer um balanço crítico da posição da direção diante da traição das burocracias sindicais.

Congresso da Conlutas será de crise

O Congresso Nacional da Conlutas, que se realizará este ano, acontece depois de votada a reforma da Previdência, portanto, não estará voltado à organização de uma luta nacional de massa. Expressará uma crise da Central. Os dados apontam para uma redução significativa do número de sindicatos, e a oposição psolista virá carregada de críticas sobre a condução burocrática realizada pelo PSTU. Mas esses elementos são apenas a expressão da crise.

Seu conteúdo está relacionado com a conjuntura, que tem apontado para uma maior ofensiva da burguesia e de seus governos contra as massas, com medidas gerais às quais corresponde a luta nacional e unitária ao redor das reivindicações comuns, com os métodos da luta de classes e sob a independência política em relação aos exploradores, seus governos e instituições. Essa necessidade e tendência geral tem sido bloqueada pelas direções majoritárias, reformistas ou direitistas, que buscam a retomada da política de conciliação de classes e a possibilidade de eleição de um novo governo burguês, de tinturas nacional-reformistas. O governo

Há ainda o elemento da cisão do partido, que gerou o Mais, hoje Resistência, e que debandou para o PSOL. A cisão, que se deu de forma aparelhista e eleitoreira, levou o PSTU a ziguezaguear com maior amplitude, assumindo algumas formulações radicais, mas outras bem distante dos fatos, como a de negar o golpe que derrubou Dilma; defender, junto ao judiciário e à burguesia, a prisão arbitrária de Lula; e ficar objetivamente ao lado do imperialismo norte-americano em suas pretensões intervencionistas na Venezuela. O fracasso de sua política de frente de esquerda, hoje rejeitada pelo PSOL, o obriga a mostrar um discurso radical, ainda que com conteúdo oportunista.

O fracasso da cisão com a CUT, que abriu as portas para que, hoje, chegassemos ao divisionismo de 14 centrais sindicais, mostra seu esgotamento. No movimento estudantil, onde a pressão dos aparatos é comparativamente menor que no meio sindical, a Anel já voltou aos congressos da UNE.

Assim, o PSTU, que deve comparecer ainda como a maior força da Conlutas, terá de expressar essa crise que ele próprio atravessa. Destacamos, ainda, que uma política que não expresse o conteúdo de classe operário, mas sim pequeno burguês, que se afasta das necessidades, métodos de luta e

O fracasso da cisão com a CUT, que abriu as portas para que, hoje, chegassemos ao divisionismo de 14 centrais sindicais, mostra seu esgotamento.

tende a agir de forma cada vez mais repressiva e autoritária, para impor os ataques. A democracia burguesa é estrangulada e se desintegra sobre a base econômica em desagregação, e isso não apenas no Brasil. Numa situação como essa, estreita-se a possibilidade de se desenvolver uma força política centrada, que busque jogar com um radicalismo de discurso para arrastar os movimentos para uma perspectiva eleitoral pequeno burguesa radical.

A conduta do PSTU, no último período, em particular, expressa essa impossibilidade. Diante de situações como a pressão da GM sobre o Sindicato Metalúrgico de S. José dos Campos, sob sua direção, cedeu ao acordo de redução de direitos e demissões; diante do grave ataque aos empregos da Ford, no ABC, se omitiu e permitiu que a burocracia cutista impusesse um acordo de demissões e redução salarial, com a provável venda da empresa ao grupo Caoa; diante das manobras da frente burocrática que negociava a reforma da Previdência no Congresso Nacional, evitando que as massas se chocassem com o parlamento, e desviando a mobilização para as negociações parlamentares, a Conlutas não denunciou a traição, submetendo-se à frente de traição como sua ala esquerda.

da estratégia proletárias, tende a expressar o burocratismo, como forma da direção manter o controle do aparato, ainda que em contradição com as bases.

O PSOL estará nesse congresso como crítico à direita da direção. Vai expressar suas posições, hoje de maior seguidismo ao reformismo petista, criticando o PSTU como “secitário”. Apoiar-se-á nas divisões concretas que o PSTU tem realizado no movimento. Será minoria, e atacará as posições burocráticas que o PSTU toma em toda frente que organiza a partir da Conlutas, mas advogando posições democratizantes e reformistas de esquerda.

Os psolistas estarão mostrando que têm um pé dentro e outro fora da Conlutas. O reformismo psolista, que conta com correntes centristas em seu interior, tende a se deslocar, aprofundando sua submissão política ao reformismo, já em curso. Podem, nesse caminho, até encher alguma das Intersindicais, mas, seu destino é se unir à burocracia cutista, compartilhando com ela a estratégia da necessidade de reconstruir um governo burguês “de esquerda”.

O POR estará no Congresso da Conlutas defendendo que o primeiro ponto deve ser um balanço dessa trajetória. Ressaltará sua denúncia contra a traição das direções das centrais sindicais, sua frente burocrática, que levou a uma dura derrota dos explorados. Apontará que a classe operária deve ter uma única central sindical, a partir da expulsão das burocracias vendidas e sob a democracia operária. Que isso depende da construção de uma poderosa fração revolucionária nos movimentos e nas organizações de base. Que a situação política requer a organização da luta anti-imperialista, sob os métodos da luta de classes e a estratégia da revolução proletária.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

Monopolização na Educação: o caso da Kroton

O curso de formação política mensal, organizado pelo POR, se dedicou, desde o final de 2018 até setembro deste ano, ao estudo do livro de Lênin: “Imperialismo - fase superior do capitalismo”. Nas discussões coletivas, aprofundamos a compreensão dos principais conceitos presentes, sempre na perspectiva de compreender melhor a realidade para atuar de forma coerente e precisa. O estudo do marxismo deve partir da necessidade prática.

Para que o estudo fosse completo, seu fechamento se deu com uma pesquisa sobre a situação da concentração monopolista nos principais ramos da produção capitalista nos dias de hoje. Entre os vários ramos, o estudo procurou entender a situação da concentração de capitais na área da educação. Nesse sentido, o caso da Kroton é exemplar. Uma empresa monopolista, agressiva no mercado e que nos ajuda a compreender os principais conceitos da obra de Lênin sobre o imperialismo, como fase última do modo de produção capitalista.

O fato dessa concentração se dar fora do setor produtivo direto não diminui a importância desse processo. Como explica Marx, em O Capital, “(...) um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação”. Concretamente, vemos que as atuais fábricas de ensinar pouco ensinam, e acabam por fabricar diplomas que, em última instância, servem para reduzir ainda mais o valor da força de trabalho.

A Kroton Educacional é a maior empresa privada do mundo, no ramo da educação. Foi fundada em 1966, em Belo Horizonte, a partir de uma empresa Pitágoras de cursos pré-vestibular. Atua em todos os níveis escolares, e faz distribuição, no atacado, varejo, importação e exportação - de livros didáticos. Possui 143 unidades de ensino superior, presentes em 20 estados e 101 cidades brasileiras, além de 1.310 polos de Ensino a Distância (EAD).

Na compra da Unopar (gigante do EAD), em 2011, a Kroton passou a ser o segundo maior grupo de educação do país. Avançou para o setor de educação a distância, de onde obtém lucros maiores. Metade de seus alunos se enquadra nessa modalidade.

Em 2013, com o controle da Anhanguera, passou a ser a maior empresa de educação do Brasil. O evento foi comemorado pelo mercado, por fazer dela a 17ª maior empresa da Bovespa. Conta, entre seus investidores, com os fundos/bancos JP Morgan, Invesco, Coronation, Capital World e o BlackRock, os mesmos que podem ser vistos especulando nos mais diversos ramos da produção. Como Lênin escreve em seu livro, “os fatos são teimosos e, de uma forma ou de outra, há de tê-los em conta”, a concentração nasce da livre concorrência, e seu destino é o monopólio. Os dados da ascensão monopolista da Kroton confirmam isso de forma transparente.

Em 2017, a empresa, que já era a primeira no país, tentou comprar a segunda, a Estácio de Sá (436 mil matrículas em 2016), empresa também monopolista que, no mesmo período, vinha comprando escolas e faculdades pequenas. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) barrou a compra, e a Kroton teve de mudar sua estratégia. Ao ver seu desejo de expansão barrado pela legislação, estende seus tentáculos para a educação

básica, e para a produção de materiais didáticos e sistemas de ensino. No Brasil, 75% do ensino superior é privado, mas 82% da educação básica é pública.

Em uma audiência pública, o CEO da empresa, Rodrigo Galindo, disse: “passamos um ano e meio criando um plano de negócios para entrar no ensino básico”. Como se vê, a educação tem despertado poderosos interesses mercantis, contrapostos ao sistema público. Pois bem, a empresa se consolidou como a maior do mundo no ramo educacional, ao comprar a Somos Educação (antiga Abril), dona das marcas, Saraiva, Scipione, Ática, Ético, Colégio Anglo, Anglo Vestibulares e Sistema Anglo de Ensino. Dessa forma, ampliou seu rebanho, de 1 milhão de estudantes, para mais de dois milhões. A Somos tem uma enorme projeção na venda de materiais didáticos e sistema de ensino, para todo o Brasil.

Como a Kroton conseguiu atingir valores tão elevados de concentração, valendo cerca de R\$ 22 bilhões? Alguns elementos podem ser levantados, como a relação dos monopólios com o Estado, o aproveitamento das crises e quebras dos menores, a especulação, etc.

O Estado brasileiro foi o principal financiador do monopólio da Kroton, através de seus programas sociais. O Prouni, Fundo de financiamento estudantil (Fies) e Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) são as maiores fontes de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada na área da educação. O crescimento da Kroton está intimamente ligado a essas políticas. Só no primeiro semestre de 2018, a empresa recebeu mais de R\$ 1 bilhão, e a segunda maior do Brasil, a Estácio de Sá, mais de R\$ 300 milhões, do Fies. O lucro líquido, neste mesmo ano, foi de R\$ 1,9 bilhão. O Estado, tanto nos governos o PSDB, PT, MDB e agora PSL, financiou e financia o processo de monopolização da educação.

O Estado brasileiro foi o principal financiador do monopólio da Kroton, através de seus programas sociais. O Prouni, Fundo de financiamento estudantil (Fies) e Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) são as maiores fontes de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada na área da educação.

Com livros didáticos e outros recursos, o governo gastou, em 2018, R\$ 1,4 bilhão, sendo R\$ 244 milhões para a Ática (Somos Educação), R\$ 100 milhões para a Scipione (Somos Educação), R\$ 200 milhões para a Saraiva (Somos Educação). Isso mostra o quanto o processo de concentração do capital monopolista da Kroton se ampliou com a extensão do “plano de negócios” para o ensino básico.

No capitalismo, em sua fase última, não existe livre concorrência, não existe a possibilidade de uma pequena empresa resistir por muito tempo, ao lado de outra monopolista. O controle das diferentes etapas da produção e distribuição, e os preços que os monopólios conseguem alcançar (devido à superexploração do trabalho) são inviáveis para os concorrentes. Para Lênin, o que

existe de fato é “o estrangulamento, pelos monopolistas, de todos aqueles que não se submetem ao monopólio, ao seu jugo, à sua arbitrariedade”. Desta forma, os monopólios se beneficiam das crises. Os dados demonstram que a Kroton se consolidou, justamente no avanço da crise econômica no país. Várias faculdades e escolas compradas estavam afundadas em dívidas.

O fato do imperialismo ser a fase última do capitalismo, não implica que devemos apenas esperar sentados pelo seu fim. Pelo contrário, significa que as condições já estão maduras e até apodrecidas, e que diversos elementos da barbárie capitalistas já podem ser vistos, mas é preciso organizar a luta para desfechar o golpe final neste sistema decadente, que vai ao ponto de decompor o sistema educacional público, e suprimir as relações mais

elementares da aprendizagem científica. O monopólio nasceu da concentração, e trouxe consigo a socialização da produção, mas que ainda está sob o domínio da apropriação privada. A luta no campo da educação deve ser pela expropriação sem indenização de toda a rede privada de ensino, incluindo aí os monopólios deste setor. A defesa ou a adaptação diante da coexistência do ensino estatal com o ensino privado conduz ao fortalecimento dos monopólios. A bandeira de sistema único, público, científico, vinculado à produção social e controlado pela classe operária é uma tarefa democrática, que faz parte do programa da revolução social, da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista. Essa é a resposta que encontramos na teoria marxista-leninista do imperialismo.

Rio Grande do Norte

Formação mensal no RN aborda Future-se e questão da Amazônia

No dia 24/08, foi realizada formação mensal do POR no RN. Iniciou-se com a discussão sobre o projeto Future-se. Os participantes se dividiram em três grupos, leram e discutiram o manifesto, intitulado “Future-se é a destruição da Universidade Pública” (30 de julho). A divisão em grupos favoreceu o estudo mais direcionado às dúvidas e colocações dos participantes, para, em seguida, na plenária, serem socializadas e generalizadas as formulações e conclusões.

Discutiu-se: 1) o caráter privatista do Future-se, que reforça o “empreendedorismo” capitalista, voltado à maior privatização da universidade; 2) a relação entre a quebra das forças produtivas e as políticas de desmonte da universidade pública; 3) o Future-se se apoia no novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei n.º 13.243/16), e em formas jurídicas de parcerias público-privadas já existentes nas universidades, como as incubadoras de empresas, a transferência de tecnologia e os parques tecnológicos; 4) o papel conciliador da casta burocrática (reitorias), de rejeitar em palavras, mas estando aberta às negociações; 5) o papel das direções estudantis e sindicais, de colocar o movimento a reboque das reitorias; 6) a necessidade de que a luta em defesa da universidade pública sirva como ponto de apoio para a generalização das lutas, em unidade com os demais explorados, de modo que possa culminar na paralisação da produção (greve geral).

Destacamos uma colocação importante, de um dos participantes, de que parte do movimento estudantil e sindical promove uma idealização da Universidade existente, ou mesmo se coloca por reformá-la para torná-la ideal, quando, na verdade, a limitação da universidade está em que se encontra assentada nas relações capitalistas decadentes, que precisam ser superadas por meio da revolução proletária. Diante dos ataques à educação superior pública, tais idealizações desviam o movimento para promover feiras de ciências e aulas públicas nas ruas. Essa tentativa de ganhar apoio da população leva à passividade e serve à política eleitoreira. Discutiu-se que o apoio só poderá ser conquistado a partir da unidade dos explorados em torno da luta pelas reivindicações.

No ponto de conjuntura, foram colocados os pontos: 1) a crise no Brasil é expressão da crise de superprodução capitalista,

que se iniciou em 2008, e se mantém; 2) a MP da Liberdade Econômica como complemento da Reforma Trabalhista; 3) as privatizações impulsionam a desnacionalização, principalmente em ramos considerados estratégicos, os quais outrora o Estado nacional assumiu, diante da incapacidade da burguesia nacional, mas que agora servem para valorização do capital monopolista; 4) o arrefecimento da luta contra a Reforma da Previdência permite que o Congresso volte a discutir capitalização, e inclusão de estados e municípios; 5) a necessidade de denunciar nas bases a traição das Centrais à luta contra a reforma.

Aproveitou-se para discutir também sobre a questão da Amazônia, onde foram levantados os pontos: 1) a política do governo, de retirar restrições ao desmatamento, facilitar a perseguição dos indígenas e legalizar o armamento dos fazendeiros, tem encorajado os latifundiários a realizar queimadas para avançar a fronteira agrícola, e abrir novos pastos; 2) o governo Bolsonaro não considera o problema das queimadas como provocadas, mas causadas naturalmente, e propõe como “solução” que os estados aceitem a operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), o que favorece a repressão aos camponeses e indígenas; 3) a questão ambiental tem sido utilizada por países europeus hipocritamente, para promover medidas protecionistas aos produtos brasileiros, e passar por cima da soberania nacional; 4) os reformistas cultivam ilusões no ambientalismo europeu e nos países imperialistas como protetores da Amazônia, do meio ambiente, do clima, etc.; 5) a exploração dos recursos naturais está subordinada ao lucro, e a divergência se dá entre um extremo, que defende a regulamentação, e outro, que defende não haver restrições para a exploração dos recursos naturais; 6) o esgotamento dos recursos naturais abre um novo campo de valorização do capital monopolista, a exemplo das fontes naturais de água potável; 7) a questão ambiental está ligada ao caráter anárquico da produção capitalista, e só será resolvida a partir da revolução proletária, e dos métodos de planificação econômica socialistas.

O estudo e discussão coletiva sobre os principais temas da conjuntura atual tiveram importância, no sentido de preparar a militância e simpatizantes para intervir nos movimentos, e dar respostas às questões atuais da luta de classes.

Nesta edição:

- 81 anos da fundação da IV Internacional.
- Inglaterra: Tendências ditatoriais ganham projeção.
- Lênin: Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

81 anos da fundação da IV Internacional

3 de setembro de 2019

A IV Internacional foi fundada em 3 de setembro de 1938. Reunidos nas imediações de Paris, os delegados aprovaram o *Programa de Transição para a Revolução Socialista*. O nascimento da IV Internacional refletiu a crise de 1929. Em 1 de setembro de 1939, um ano após a sua fundação, a Alemanha iniciou a Segunda Guerra Mundial. Uma outra data de máxima importância é a de 20 de agosto de 1940, quando Trotsky foi assassinado por um agente da polícia política de Stalin. A fundação da IV Internacional e a morte de Trotsky, como se vê, ocorreram em meio à conflagração bélica, que superaria a Primeira Guerra Mundial, em todos os aspectos. É sintomático que Stalin ordenasse a extinção da III Internacional em junho de 1943, meses antes da Conferência de Teerã, em que se reuniu com Roosevelt e Churchill, em novembro desse mesmo ano. A guerra se encerraria em agosto de 1945. A resistência do Japão em admitir a derrota serviu de motivo para os Estados Unidos realizarem a experiência com a bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki.

A Primeira Guerra Mundial gestou uma situação revolucionária na Europa, impulsionou a revolução proletária na Rússia, golpeou a II Internacional e obrigou os marxista-leninistas a fundarem a III Internacional. Os seus Primeiros Quatro Congressos, de 1919 a 1922, constituíram o programa do Partido Mundial da Revolução Socialista da época do capitalismo imperialista. A guerra, a polarização da luta de classes mundial e a formação da III Internacional projetaram o socialismo científico de Marx e Engels, permitiram as novas formulações de Lênin, fortaleceram os pilares do programa revolucionário internacionalista e favoreceram a construção de uma vanguarda mundial em toda a parte. A confirmação das teses leninistas sobre a guerra imperialista e a sua incorporação nas bases teóricas e programáticas do Partido Mundial da Revolução Socialista, que era a III Internacional, deram um salto de qualidade nos fundamentos do internacionalismo, contidos nos principais escritos de Marx e Engels, principalmente no *Manifesto do Partido Comunista* e no *Socialismo Utópico e Científico*. A Revolução Russa e a III Internacional se ergueram em meio à Primeira Guerra e à luta do proletariado contra os horrores do capitalismo em desintegração.

A rachadura nas bases do capitalismo teria de ser consolidada e ampliada com o fortalecimento da III Internacional, com o avanço dos partidos comunistas, suas seções, e novas conquistas

do proletariado no campo da luta de classes. Somente assim, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) poderia enfrentar o cerco do imperialismo, avançar na transição para o socialismo e se manter como pilar de novas revoluções e do internacionalismo. Um enfraquecimento nessa tarefa histórica, que permitisse um desvio do internacionalismo marxista-leninista na URSS, poderia ser fatal para a ampliação da rachadura mundial provocada pela primeira revolução socialista vitoriosa.

A III Internacional foi constituída sobre os escombros da II Internacional, prostituída pelo revisionismo. Lênin travou uma intensa e sistemática luta por manter a unidade programática e prática da Revolução Russa com a revolução mundial. Teve a clareza de assinalar que sem o avanço do proletariado contra as trincheiras do imperialismo e da burguesia em geral não seria possível manter em pé o Estado operário e a transição para o socialismo na URSS. É necessário compreender a importância do fato da III

A confirmação das teses leninistas sobre a guerra imperialista e a sua incorporação nas bases teóricas e programáticas do Partido Mundial da Revolução Socialista, que era a III Internacional, deram um salto de qualidade nos fundamentos do internacionalismo (...)

Internacional ter nascido ainda em 1916, sob a forma do programa internacionalista, aplicado à situação de guerra mundial, quando Lênin concluiu que a II Internacional estava morta para o proletariado na Europa e, em especial, para a revolução que se despon-tava na Rússia. Eis por que a sua fundação organizativa, em 1919, teve como lastro o bolchevismo e a própria revolução de Outubro de 1917.

Trotsky se apoiou nessa experiência e no exemplo da conduta inflexível de Lênin diante dos desvios e negação dos fundamentos marxistas do internacionalismo. A degeneração estalinista do Partido Comunista da União Soviética e, conseqüentemente, da condução do Estado Operário atingiria a III Internacional. O resultado seria o da burocratização, revisão programática e decomposição do Partido Mundial da Revolução Socialista. A tese de Stalin sobre a possibilidade da construção do *socialismo em um só país* desfecharia um golpe na continuidade programática dos *Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista*, no seu fundamento centralista democrático e no método coletivo de dirigir a Internacional. A imposição do centralismo burocrático à suas seções e a subordinação de suas direções nacionais à

burocracia montada por Stalin seriam desastrosas. Os partidos comunistas assumiram a substituição do centralismo democrático pelo centralismo burocrático. Perderam, assim, a capacidade de compreender as particularidades da revolução em cada país como expressão das leis gerais. A política ditada desde Moscou a III Internacional e desta às seções levaria ao seu afastamento cada vez maior do marxismo e do papel histórico do partido de dirigir a revolução proletária. Os partidos comunistas acabaram por seguir o zig-zague do terceiro período, esquerdista, de 1928 a 1934, e do período das frentes populares, a partir de 1934, oportunista. O esquerdismo levou os comunistas da Alemanha a se negarem a constituir a frente única com a socialdemocracia para unir a classe operária contra a ascensão de Hitler. O oportunismo, por sua vez, os levou à colaboração de classes, na França, Espanha, etc. O resultado geral foi o de subordinar a classe operária às disputas interburguesas e, em particular, de fortalecer o campo da contrarrevolução, a exemplo da Espanha.

É sobre a base desses acontecimentos e do desenvolvimento da política revolucionária pela Oposição de Esquerda Internacional que Trotsky concluiu pela necessidade de modificar a posição anterior de recuperar a III Internacional. Era chegada a hora de fundar a IV Internacional. Essa avaliação foi feita logo que Hitler chegou ao poder em 1933. Em maio de 1935, foi publicada a *Carta Aberta pela criação da IV Internacional*. A Oposição de Esquerda Internacional - bolchevique-leninista passou a ser chamada, a partir de 1933, de Liga Comunista Internacional. A mudança se deveu à conclusão de que não se tratava mais de funcionar como uma fração da III Internacional, voltada a recuperá-la. A Liga Comunista tinha por objetivo levar adiante a caracterização de que a III Internacional estava morta para a revolução socialista e que a tarefa, dali em diante, era a de constituir a IV Internacional.

A *Carta Aberta pela criação da IV Internacional* inicia expondo o motivo fundamental da ruptura. “O ascenso de Hitler ao poder, que não encontrou a menor resistência da parte dos ‘poderosos’ partidos operários - um dos quais, assombrosamente, tem sua base de apoio na URSS - expôs inegavelmente a putrefação interna das internacionais Segunda e Terceira”. O que levou à constatação: “A burocracia governante da URSS chegou à conclusão definitiva de que a Internacional Comunista é incapaz de prestar a menor ajuda diante do perigo da guerra e que, ao mesmo tempo, constitui um estorvo à diplomacia soviética. A dependência humilhante, verdadeiramente servil, da Internacional Comunista em relação ao extrato superior soviético se revela nitidamente na recente declaração de Stalin em que aprova a política de defesa nacional do imperialismo francês ... A prostração, derrocada e putrefação da Segunda e Terceira Internacionais deixam o proletariado carente da direção revolucionária e conduzem as massas pequeno-burguesas ao desespero. Os dirigentes decadentes procuram atribuir a responsabilidade do triunfo do fascismo à ‘passividade’ do proletariado; assim, a calúnia complementa a traição”. (...) “Assim, a eclosão de uma nova guerra levará forçosamente a uma nova traição, que eclipsará a de 4 de agosto de 1914”. (...) “A

81 anos da fundação da IV Internacional

nova época requer uma nova Internacional. A primeira premissa para o êxito nesse caminho é a forte consolidação nacional e internacional dos autênticos revolucionários proletários, os discípulos de Marx e Lênin, sobre a base de um programa comum e sob uma bandeira comum”.

A posição de Trotsky era a de realizar uma conferência, o mais rápido possível, para decidir sobre a criação da IV Internacional. Em julho de 1936, organizou-se o Movimento pela IV Internacional. Em 3 de setembro de 1938, reuniu-se nas proximidades de Paris, a Conferência de fundação da IV Internacional. Observa-se que foi importante amadurecer, no interior dos agrupamentos

que formavam a Liga Comunista Internacional, a discussão do programa. Havia plena consciência da fraqueza organizativa sobre a nova Internacional. Ao mesmo tempo, a compreensão de que se tratavam da defesa do internacionalismo proletário nas condições de degeneração estalinista do Partido Comunista da União Soviética, da transformação da III Internacional em apêndice da burocracia de Moscou, do período convulsivo aberto pela crise econômica de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, que se avizinhava. O *Programa de Transição da IV Internacional* se tornou o marco da reconstituição do Partido Mundial da Revolução Socialista. A Conferência de sua fundação se deu em condições completamente diversas daquelas em que se fundou a III Internacional. A crise posterior da IV Internacional, já nos anos de 1950 e 1960, que a fragmentou, não atin-

giu absolutamente nada dos fundamentos históricos e programáticos da IV Internacional. Revelou, porém, a fragilidade de suas seções e a incapacidade de sua direção em desenvolver as bases do Partido Mundial da Revolução Socialista.

A extinção da III Internacional, a mando de Stalin, e sob seu agente Dimitrov, em 9 de junho de 1943, confirmou fisicamente a previsão de Trotsky de que essa organização havia se tornado um obstáculo à diplomacia do governo estalinista com as potências imperialistas. Há um vínculo indissolúvel entre essa decisão e a realização da Conferência de Teerã, 28 de novembro de 1943. Essa Conferência, que reuniu Roosevelt, Churchill e Stalin, resolveu sobre as primeiras partilhas e anexações, como resultados da previsível derrota da Alemanha. Stalin rompia completamente com o programa bolchevique-leninista sobre a guerra imperialista, que condenava a partilha e as anexações. Concluía-se a ruptura do estalinismo com o internacionalismo proletário. Em agosto de 1935, Trotsky analisou a política revisionista, que destruiria a III Internacional, no artigo *O Congresso de Liquidação do Comintern*. Afirma: “O sétimo Congresso do Comintern, que, no momento em que estas linhas são inscritas, não havia concluído suas deliberações, passará à história, cedo ou tarde, como o congresso de liquidação do Comintern”. Isso por que, explica Trotsky, ali se realizava “a liquidação do programa, dos princípios e dos métodos táticos estabelecidos por Lênin”. Assim, se preparava “a abolição total do Comintern como organização independente”.

A semelhança entre o que se passou com a Segunda Internacional, diante da Primeira Guerra Mundial, e a Terceira In-



A Liga Comunista tinha por objetivo levar adiante a caracterização de que a III Internacional estava morta para a revolução socialista e que a tarefa, dali em diante, era a de constituir a IV Internacional.

ternacional, na Segunda Guerra, é extraordinária. A aliança de Stalin com os Estados Unidos, Inglaterra e França implicou que a Terceira Internacional estalinizada não aplicasse a linha estabelecida pelos bolcheviques de voltar as armas contra os governos e as frações imperialistas em guerra. Trotsky se refere aos “comunistas chauvinistas”, que passaram a utilizar o argumento de que a URSS estava em perigo e, portanto, justificava esse tipo de aliança. No artigo *Lênin e a guerra imperialista*, de 30 de dezembro de 1938, mostrará que o imperialismo se tornou “mais violento e opressor”, sendo que o “fascismo é sua expressão mais acabada” e que “as democracias imperialistas se degeneraram muito mais e evoluíram, natural e organicamente, ao fascismo”. De maneira que se aplicava plenamente os fundamentos leninistas da teoria sobre a guerra imperialista. Trotsky concluiu, referindo-se à III Internacional: “Durante dezessete anos, os princípios de Lênin conservaram toda a sua força. Recentemente, há quatro ou cinco anos, tomou a forma da política comunista chauvinista. Portanto, o argumento da existência da URSS é falso”.

Em março de 1939, Trotsky voltou à questão no artigo “O que existe por trás da oferta de Stalin de chegar a um acordo com Hitler”. Indicou o perigo da bandeira desfraldada pelo estalinismo de “defesa da democracia”. Um acordo que ocultasse o caráter de classe da guerra e dos governos levaria a classe operária ao engano. O fato do Estado Operário se encontrar em avançado estágio de degeneração burocrática não poderia chegar a um acordo com uma das frações do imperialismo sem que comprometesse a luta de classes contra sua própria burguesia. Qualquer que fosse o acordo não resultaria na defesa das conquistas da revolução na URSS, mas sim na “dos interesses da camarilha governante do Kremlin e em detrimento dos interesses da classe operária internacional”. Seis meses depois, em 4 de setembro de 1939, Trotsky caracterizou o acordo Ribbentrop e Molotov como “uma capitulação de Stalin diante do imperialismo fascista, objetivando resguardar a oligarquia soviética”. Nem bem foi assinado o pacto germano-soviético, a Alemanha invadiu a Polônia. As consequências para a III Internacional foram imediatas, uma vez que pôs à luz do dia o abandono completo do leninismo. O início das operações militares evidenciou os reais motivos da Segunda Guerra Mundial. Caiu por terra a explicação estalinista de que se tratava do choque entre as democracias e o fascismo. Stalin havia contraído um acordo justamente com o carro-chefe do nazifascismo. No artigo “Quem é o culpado de ter começado a Segunda Guerra Mundial”, 5 de setembro de 1939, Trotsky deduziu que a “guerra atual, que seus protagonistas começaram antes de firmar o Tratado de Versalhes, surgiu como produto das contradições imperialistas”. Demonstrou que o “rearmamento da Alemanha nazista teria sido impossível sem a ajuda direta da Inglaterra”, de maneira que “os antagonismos dissimulados, mas profundos, entre as democracias, foram o trampolim de Hitler”. Em contraposição à diretriz de Stalin, Trotsky estabeleceu que “a tarefa dos autênticos representantes da classe operária e das nações oprimidas não consiste em ajudar um setor imperialista contra outro, mas de fazer com que as massas trabalhadoras de todos os países compreendam o sentido reacionário da presente guerra, em elevar seu programa (federação socialista mundial de nações) e em se preparar para substituir o regime de saque pelo de cooperação internacional”.

A IV Internacional realizou uma Conferência de emergência, entre 19 e 26 de maio de 1940, em Nova York. Discutiu e aprovou o *Manifesto da IV Internacional sobre a guerra imperialista e a*

revolução proletária mundial. Apoiou-se na advertência de Lênin: “O imperialismo arrisca o destino da cultura europeia. Depois desta guerra, se não triunfam umas quantas revoluções, virão outras guerras”. O Manifesto recolocou a premissa e o princípio leninista, afirmando que “a tarefa colocada pela história não é a de apoiar uma parte do sistema imperialista contra a outra, mas de acabar, de conjunto, com o sistema”. Afirmou: “O triunfo dos imperialistas da Inglaterra e França não seria menos terrível para a sorte da humanidade que o de Hitler-Mussolini. Não se pode salvar a democracia burguesa. Ajudando as suas burguesias contra o fascismo estrangeiro, os operários somente acelerarão o triunfo do fascismo em seu próprio país”. Sob a bandeira “Esta guerra não é nossa!”, o Manifesto concluiu: “Distintamente da Segunda e Terceira Internacional, a Quarta Internacional não constrói sua política em função dos chefes militares dos Estados capitalistas, mas sim da transformação da guerra imperialista em guerra dos operários contra os capitalistas, da derrocada da classe burguesa em todos os países e da revolução socialista mundial”.

Trotsky não viveu para responder à virada de Stalin, em junho de 1941, quando a Alemanha passou por cima do acordo de não-agressão e atacou a URSS. O alinhamento com os Estados Unidos e Inglaterra concluiu com uma nova partilha do mundo nas Conferências de Yalta e Potsdam, de 1945. Confirmou integralmente a análise da IV Internacional de que Stalin e sua burocracia violariam os fundamentos programáticos do leninismo. O *Programa de Transição* e o objetivo de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista se mostraram corretos. O fortalecimento circunstancial da União Soviética e a constituição das denominadas Repúblicas Populares, que em grande medida resultaram da partilha, bem como a reconstrução capitalista da Europa sob a égide dos Estados Unidos, bloquearam o desenvolvimento da IV Internacional. Os partidos comunistas do mundo inteiro consumiram a ilusão de que Stalin tinha razão em sua tese sobre a possibilidade de construir o “socialismo em um só país”.

O fortalecimento circunstancial da União Soviética e a constituição das denominadas Repúblicas Populares, que em grande medida resultaram da partilha, bem como a reconstrução capitalista da Europa sob a égide dos Estados Unidos, bloquearam o desenvolvimento da IV Internacional.

O importante fato histórico de a URSS não ter sido derrotada evitou que fosse destruída pelo imperialismo. No caso de ter sido derrotada, seria transformada em uma semicolônia. A IV Internacional, em todo o momento, se colocou em defesa da União Soviética, sem, contudo, deixar de combater diuturnamente a política de Stalin. No entanto, a vitória não serviu ao proletariado mundial. A nova partilha do mundo consolidou a hegemonia norte-americana. Essa hegemonia permitiu estabelecer um novo marco de isolamento da União Soviética, que acabou por se desintegrar nos anos de 1990.

Não resta dúvida que a liquidação da III Internacional fez parte da subordinação da URSS à política de guerra do imperialismo. A impossibilidade de a IV Internacional se consolidar e avançar, após o assassinato de Trotsky, provocou e provoca um grande atraso na tarefa de superação da crise de direção revolucionária.

Nestes 81 anos de fundação da IV Internacional, o Comitê de Enlace se firma com a bandeira de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. A construção do Partido Operário Revolucionário no Brasil e o fortalecimento das seções do Comitê de Enlace são a condição para impulsionar essa tarefa, uma vez que as inúmeras correntes centristas, que ainda se reivindicam do trotskismo, abandonaram o *Programa de Transição*.

Estamos em meio à retomada da profunda crise do capitalismo, que em 1929 deu passagem a Segunda Guerra Mundial. A vanguarda tem o dever de se dedicar inteiramente ao objetivo de pôr em pé o partido marxista-leninista-trotskista. As condições objetivas da revolução proletária estão plenamente dadas. O que

não se pode dizer o mesmo das condições subjetivas, que correspondem à existência dos partidos revolucionários e da Internacional. Essa é a contradição indicada no *Programa de Transição*, que se agravou após o assassinato de Trotsky e a dissolução da IV Internacional. O fundamental da situação presente, no entanto, consiste em que a crise mundial do capitalismo impulsiona a luta do proletariado e dos demais explorados, abrindo caminho ao trabalho de superação da crise de direção.

***Viva os 81 anos da IV Internacional!
Reconstruir o Partido Mundial
da Revolução Socialista!***

Inglaterra

Tendências ditatoriais ganham projeção

Em 31 de outubro, vence o prazo para o Parlamento britânico aprovar ou rejeitar a saída da Inglaterra da União Europeia (UE): o chamado Brexit. O Referendo, que decidiu pela permanência ou ruptura, ocorreu em 23 de junho de 2016. Por 52% contra 48%, a maioria da população votou pela ruptura. O que resultou em profunda crise do governo do primeiro-ministro David Cameron, do Partido Trabalhista (PT), que participou ativamente nas campanhas pela permanência na UE. As eleições antecipadas, após Cameron renunciar, deram a vitória ao Partido Conservador, aliado aos partidos direitistas e nacional-chauvinistas da Inglaterra, Escócia e Irlanda do Norte.

Teresa May chegava ao comando do Estado, como expressão política das frações da burguesia e dos partidos que almejavam acelerar a ruptura. O plano incluía ameaçar o Bloco Comum Europeu com um “*Brexit sem acordo*”, para depois negociar garantias de exportações preferenciais. E que se anulassem o pagamento de € 5 bilhões em contribuições para o funcionamento da estrutura política e econômica da UE, até que se efetivasse a saída do bloco. Essa pretensão chocou-se, porém, com a negativa da França e Alemanha, exigindo que se votasse, no Parlamento inglês, uma “lei” que garantisse os deveres estabelecidos, pelo menos até o fim do processo, bem como o direito da Irlanda do Norte permanecer no bloco (*Back-Stop*), ponto considerado inegociável pela EU, e inadmissível pelos “eurocéticos” conservadores.

O certo, porém, é que a crise política (a mais grave em sete décadas) é um reflexo da crise industrial e comercial que vem exacerbando os choques inter-burgueses pelo controle dos mercados europeus.

May ficou refém das exigências da União Europeia, de um lado, e da pressão dos apoiadores de um Brexit “duro”, de outro. Por mais de três vezes, foram rejeitados seus planos pelo Parlamento. Sua incapacidade de resolver o impasse e vencer a oposição parlamentar levou, em 7 de julho, à sua renúncia ao cargo.

Foi nessas condições que Boris Johnson assumiu como primeiro-ministro. Logo anunciou que imporá o Brexit, fosse com ou sem acordo. Entretanto, não apenas herdava o governo de May, como também a crise política, e a resistência de uma fração parlamentar de seu partido, que ajudou a oposição tra-

balhista e liberal a derrubar May.

Em 28 de agosto, Johnson decidiu, finalmente, fechar o Parlamento, de 15 de setembro a 14 de outubro (uma visível manobra, 15 dias antes do prazo final para ser aprovado o Brexit). A suspensão dos trabalhos legislativos coube à rainha Elizabeth II. A medida autoritária objetivava bloquear as tentativas da oposição e da fração governista rebelde em rejeitar, mais uma vez, um “*Brexit sem acordo*”, e impor os termos legais da saída da UE. Uma massiva onda de protestos desatou-se imediatamente por todo o país. Em mais de 80 cidades, milhares de manifestantes marcharam sob a palavra de ordem “*paremos o golpe*”, “*Fora Johnson*” e em defesa da “democracia”. 1,5 milhões de assinaturas foram recolhidas, em apenas três dias, contra a medida. O Partido Trabalhista, liderado por Jeremy Corbyn, denunciou a medida como “*golpe na democracia*”. Mais de 70 parlamentares conservadores iniciaram processos judiciais para barrar a medida na Justiça. Altos funcionários do governo se rebelaram contra Johnson, exigindo um recuo do primeiro-ministro.

Em sessão parlamentar de 3 de setembro, quando Johnson devia apresentar seu plano de governo, e esperava ter a seu favor a maioria parlamentar, ocorreu a deserção de um parlamentar conservador, que anunciou o rompimento de 30 anos de militância no partido, passando às fileiras dos liberais-democratas. Esse voto levou ao fracasso da sua estratégia.

A oposição apresentou um novo regimento interno, que tirou do governo o poder de definir a ordem do dia, e aprovou uma moção (327 a 299), para obrigá-lo a pedir, à Comissão Europeia, outro adiamento do Brexit. O projeto terá de ser confirmado na Câmara dos Lordes. Derrotado, Johnson exigiu que se convocassem novas eleições para 15 de outubro, visando a obter a maioria de legisladores favoráveis ao Brexit. Essa manobra também se frustrou.

Expusemos essa explicação para melhor evidenciar o quadro de agravamento das fraturas internas ao partido de governo, e os choques institucionais que resultam da necessidade do governo percorrer a centralização autoritária das decisões políticas. May fracassou, incapaz de equacionar e resolver o impasse com negociações suprapartidárias. Johnson ensaiou

um golpe institucional, mas não conseguiu fechar o Congresso antes de começar as sessões. A estratégia de se apoiar na maioria conservadora, para acobertar o golpe com uma medida legal, falhou.

Essas movimentações, manobras e contínuo realinhamento de forças têm por fundamento o fato de que a saída da UE significaria (com ou sem acordo) uma ruptura dos laços comerciais, que frações monopolistas construíram ao longo de cinco décadas. Não por acaso, May foi confrontada por mais de 200 grandes empresas, que lhe exigiram a revisão da decisão de romper com a UE. Alertaram-na das graves consequências sociais, que resultariam do abandono do mercado de 500 milhões de pessoas, da queda das exportações e dos investimentos. Outras frações batalharam e batalham pelo Brexit, via que associam à retomada de seus lucros, uma vez que se destruiriam direitos trabalhistas, previdenciários e benefícios que constam da legislação europeia. Baseiam-se também na esperança de um acordo com os Estados Unidos.

O certo, porém, é que a crise política (a mais grave em sete décadas) é um reflexo da crise industrial e comercial que vem exacerbando os choques inter-burgueses pelo controle dos mercados europeus. A burguesia inglesa, cada vez mais parasitária e raquítica em sua base econômica (nacional e internacional), não resta mais que se curvar, ou perante a Alemanha e França, ou perante os EUA. A eleição de Johnson, sob indicação e pressão de Trump, assinalou uma virada na política exterior da Inglaterra em favor dos interesses do nacional-imperialismo norte-americano. Trump objetiva dinamitar a liderança dos monopólios alemães e franceses na exploração da Europa, o que exige romper sua estrutura jurídica e legal. O Brexit é parte dessa estratégia, e nela o próprio Johnson joga o papel de seu instrumento político. Eis por que a tentativa golpista agravou o quadro de resistência das frações burguesas inglesas associadas às frações alemãs e francesas na exploração monopolista do mercado comum europeu.

Está absolutamente claro que é guerra comercial que, em última instância, promove a crise institucional e impulsiona os violentos choques no seio da burguesia monopolista inglesa, sobre quais frações carregarão o maior custo das quebras que virão. Isso explica, também, por que a medida de Johnson, apesar de seu conjuntural fracasso, coloca a necessidade de a burguesia imperialista do país proceder a uma centralização ditatorial da política e do Estado.

Trata-se de uma manifestação particular e nacional de uma tendência mundial, que ganhou sua máxima expressão com a ascensão eleitoral de Trump, nos Estados Unidos, mas que se verifica por toda Europa. Na França e Alemanha, as forças

políticas nacional-chauvinistas e fascizantes ganham projeção, ano após ano, e já constituem a segunda força política e eleitoral nesses países.

Evidentemente, a virada ditatorial e nacional-chauvinista se colocará mais claramente quando as massas intervierem na crise, e se projetarem na defesa de suas reivindicações e conquistas com seus métodos próprios de luta. Se bem que a centralização autoritária das instituições e os instrumentos da ditadura capitalista decorram do agravamento dos choques inter-burgueses, irão adquirindo sua fisionomia de classe mais definida, quando a burguesia avançar na destruição de conquistas sociais e direitos trabalhistas, visando a descarregar a queda dos lucros e as quebras sobre a vida das massas.

Na base desse convulsivo processo, acha-se o choque entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais, bem como entre aquelas e as relações capitalistas de produção, fundadas na propriedade monopolista. Essas leis econômicas e históricas regem a decomposição social e desagregação do capitalismo, na sua fase última de desenvolvimento, a imperialista. Na Europa, manifestam-se concretamente na impossibilidade de avançar a unificação capitalista e harmonizar as forças produtivas do continente, rebaixando as velhas fronteiras nacionais. E explicam, fundamentalmente, a projeção das leis econômicas que emanam da concentração da riqueza e da miséria nos polos antagônicos da sociedade, agravando a miséria, a fome, o desemprego e a barbárie social.

Está aí por que as instituições burguesas são impotentes em equacionar democraticamente as violentas convulsões da desagregação capitalista. Não é possível, portanto, derrotar as tendências ditatoriais da burguesia, sem romper os invólucros da democracia formal e dos métodos parlamentares, expondo aos olhos das massas a ditadura de classe do capital monopolista. O fato de milhões de explorados serem arrastados a defender o Parlamento, e a acreditar em uma saída institucional para a crise, mostra apenas o quanto grave é a crise direção revolucionária, e a ausência da intervenção política independente da classe operária. As consequências do “Brexit” e da desagregação da união capitalista europeia, certamente, obrigarão os explorados a dar saltos na luta de classes. Tudo indica que se criam as condições para o proletariado romper com os partidos da ordem burguesa e preparar o combate contra os ajustes que virão. Destaca-se perante a vanguarda a necessidade de forjar o partido marxista-leninista-trotskista, que encarne o programa revolucionário e a luta estratégica pelos Estados Unidos Socialistas da Europa. Essa é a via para desenvolver o internacionalismo proletário e unir os explorados europeus contra a burguesia decadente e seus governos reacionários.



Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Agrava-se a crise mundial do capitalismo

Somente o proletariado pode encarnar o programa da revolução socialista

Em resposta à guerra comercial e às contrarreformas impostas pela burguesia, desenvolver as tendências de luta dos explorados, com suas reivindicações, método da ação direta e organização independente



Leia o Boletim Internacional do Comitê de Enlace

A edição nº 27, agosto, analisa o avanço da crise mundial e seus reflexos na América Latina.

O Boletim é um instrumento voltado à reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

A VII Conferência de Abril de toda a Rússia, como vimos no Jornal Massas anterior, foi decisiva para constituir a unidade programática dos bolcheviques. Diante da revolução democrático-burguesa, de fevereiro de 1917, se tornou imprescindível determinar o caráter de classe do governo; caso contrário, permaneceria a confusão em torno da posição se deveria ser apoiado ou não. Para Lênin, estava claro que o governo de Guchkov mantinha a Rússia vinculada ao imperialismo inglês e francês, e que não iria cumprir as tarefas democráticas da revolução.

A diretriz do novo governo sobre a guerra comparava a mascarada pela bandeira de “paz democrática”, desfraldada pelas próprias potências em guerra. Essa nova circunstância exigia absoluta clareza sobre os objetivos da burguesia no poder e os do proletariado, que em sua luta caminhava no sentido contrário. A política do “defensismo revolucionário”, dos mencheviques, socialistas revolucionários, populistas, etc., levava ao apoio ao governo burguês. Seu conteúdo era o de defesa da pátria, cuja concretude correspondia ao apoio à continuidade da guerra imperialista e à “paz democrática”, que seria ditada pelos países beligerantes. Assim, se manifestava objetivamente o socialchauvinismo no interior do movimento das massas, que havia derrubado a monarquia, e estabelecido o

governo burguês, que, no entanto, mantinha seus laços com as velhas classes monárquicas. A manutenção dos acordos secretos com os aliados na guerra refletia a incapacidade da burguesia de levar adiante o cumprimento das tarefas democráticas da Revolução de Fevereiro. Lênin concluiria que a revolução se encontrava em sua etapa proletária. O problema estava em como organizar a classe operária no campo da independência de classe para marchar rumo ao poder. Os soviets se achavam controlados pelos “defensistas” e apoiadores do governo. A primeira tarefa consistia em cerrar as fileiras dos bolcheviques em torno a uma compreensão comum da situação revolucionária. A VII Conferência cumpriria esse objetivo.

Esclarecido o caráter burguês e contrarrevolucionário do governo e estabelecido que somente o proletariado, conquistando o poder, poderia concretizar o programa internacionalista frente à guerra, os bolcheviques se deparavam com o problema de como explicar e convencer a classe operária da correção de seu programa. Consolidava-se a tese leninista da transformação da guerra imperialista em guerra civil contra a burguesia e os governos dos países conflagrados. A materialização dessa linha dependia da evolução política e organizativa do proletariado e das massas oprimi-

das em geral. A guerra civil não podia ser confundida como se fosse um levante armado limitado à vanguarda revolucionária. Um vínculo sólido entre a vanguarda e as massas decidiria o futuro da revolução.

Lênin explica a importância de não incorrer em erros que levassem a uma aventura. Afirma: “Somos partidários da guerra civil, mas somente de uma guerra civil travada pela classe politicamente consciente”. A primeira guerra civil já havia ocorrido com o levante proletário que derrubou a monarquia. A segunda guerra civil estava a caminho contra o imperialismo. A particularidade da nova situação, que Lênin denomina de “período de transição”, era a de que os soldados se encontravam intimamente entranhados no seio das massas, mas as circunstâncias não estavam amadurecidas para a derrubada do governo e instalação da ditadura do proletariado. Era preciso convencer as massas “da verdade de que sua confiança cega no governo dos capitalistas, os piores inimigos da paz e do socialismo, é, na atual situação da Rússia, o principal obstáculo para um rápido fim da guerra”.

Lênin mostra, na Conferência, que era preciso superar essa cegueira, o que exigia uma tática correta e precisa. Assim, expõe: “O governo gostaria que o primeiro passo impensado para a ação revolucionária partisse de nós: isso lhe seria conveniente. Está furioso porque nosso partido lançou a consigna de demonstrações pacíficas. Não

temos de ceder nenhum milímetro de nossos princípios à pequena burguesia que hoje está na expectativa. O partido proletário cometerá um grave erro se baseasse sua tática nos desejos subjetivos onde falta organização. Não podemos dizer que a maioria está conosco; precisamos na situação atual de cautela, cautela, cautela. Basear a tática proletária em desejos subjetivos significa condená-la ao fracasso”.

Assim, Lênin demonstrava que o governo burguês não controlava os soldados, no entanto, a situação não estava madura para o levante armado. As manifestações pacíficas, organizadas e dirigidas pelo partido, cumpririam o objetivo transitório de evidenciar o caráter contrarrevolucionário do governo, e preparar as condições políticas para o momento da guerra civil. Seria um erro subjetivo contrapor abstratamente as manifestações pacíficas e a guerra civil. A tática de uma e de outra era determinada pelas condições objetivas. Repetimos a formulação de Lênin: “Temos de ser capazes de sustentar o ponto de vista do marxismo, o qual diz que a transformação da guerra imperialista em guerra civil deve-se basear em condições objetivas, e não em condições subjetivas”.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXV, Akal Editor)